

## ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO

**1ª**

Aos vinte dias do mês de Dezembro do ano dois mil e treze, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Ilídio Granjo Vaz, Presidente da Mesa, de Daniel Fernando Ribeiro Salgado, Primeiro Secretário e de Maria Teresa Cordeiro Afonso, Segunda Secretária. -----

-----Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se à chamada, estando presentes quarenta e um elementos dos quarenta e três que constituem este órgão: -----

-----Ilídio Granjo Vaz, António de Jesus Cordeiro, José Maria Preto, João Fernando Pinto de Freitas Meira, Maria Teresa Cordeiro Afonso, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, José Francisco Bento Sanches Branco, Ilídio Simões Martins, Altino dos Anjos Aleixo, Antónia de Jesus Moura Cardoso, Fernando António Atanásio Pereira, Cândido Francisco Fernandes, Maria Teresa Afonso Pimentel Vilariça, Hernani Branco Fernandes, Daniel Fernando Ribeiro Salgado, Filipa Isabel Serafim Martins, José dos Santos Carrasco, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, Ana Paula Miguéis Gonçalves Sá, António Augusto Gonçalves, Cláudio Rafael Gouveia Pires, António Luis Bernardo Martins, João de Deus Possacos, José Francisco Marcos Carrasco, José Carlos Ferreira Lopes, António dos Santos Aleixo, Luis António Rodrigues Fernandes, José António Freitas, Martinho do Nascimento Major, José António Patrão, Carlos Alberto Sousa Reis, António Cândido Batista Cordeiro, Francisco Manuel Fernandes, Agostinho Joaquim Fernandes, Vitor Manuel de Oliveira Coelho, António José Marcos, Américo Rodrigues, Belarmino Silvestre Pinto, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Manuel Maria Sousa, Manuel dos Anjos Garcia. -----

-----Foi justificada a falta aos Deputados Municipais, Sandra Carina Cardoso Teixeira de Sampaio Mesquita e Antero Augusto Neto Lopes. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, tendo por base a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----1. PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

-----1.1 *Apreciação e deliberação sobre a ata da sessão anterior.*-----

-----1.2 *Apreciação e deliberação sobre a ata da Tomada de Posse.*-----

-----1.3 *Informação da Correspondência Recebida e Expedida.*-----

-----1.4 Assuntos de interesse relevante para o Município.-----

-----2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----2.1 *Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea c) do nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.*-----

-----2.2 *Deliberação dos Documentos Previsionais para o Ano de 2014 – Orçamento; Plano Plurianual de Investimentos; Plano de Atividades Municipal e Mapa de Pessoal.*-----

-----2.3 *Deliberação sobre a Criação do Conselho Municipal de Educação.*-----

-----2.4 *Deliberação sobre a Proposta de Manutenção da Atribuição das Despesas de Representação aos Titulares de Cargos de Direção Intermédia de 2º Grau no âmbito da Lei nº 49/2012, de 29 de Agosto.*-----

-----2.5 *Deliberação sobre o Fornecimento de Energia Elétrica para as Instalações Alimentadas em Média Tensão (MT), Baixa Tensão (BTE e BTN), Iluminação Pública (IP) e Instalações Sazonais (BTN-Sazonal) Pertencentes ao Município de Mogadouro.*-----

-----2.6 *Deliberação sobre a Manutenção de Redução da Taxa Variável de IRS de 5% para 2,5%.*-----

-----2.7 *Deliberação sobre a Autorização Prévia para Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal no Âmbito da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro.*-----

-----2.8 *Deliberação sobre Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes. Aprovação dos estatutos e eleição de quatro membros que irão fazer parte da Assembleia Intermunicipal da referida Comunidade.*-----

-----2.9 *Deliberação sobre Adenda ao Contrato nº 25/2012 para concessão do uso privativo do domínio público para construção/ampliação e concessão da Exploração da rede de distribuição de gás na vila de Mogadouro/autorização para Repartição de Encargos.*-----

-----2.10 *Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e de pelo menos um suplente para fazer parte do Conselho Local de Educação.*-----

-----2.11 *Eleição de quatro Deputados Municipais em representação da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mogadouro.*-----

-----2.12 *Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e de pelo menos um suplente para fazer parte do Conselho Municipal de Segurança.*-----

-----2.13 *Outros Assuntos.*-----

-----3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou abertos os trabalhos e apresentou de seguida o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos: -----

-----1. PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

-----1.1 *Apreciação e deliberação sobre a ata da sessão anterior.*-----

-----A ata foi aprovada com zero (0) votos contra, oito (8) abstenções e trinta e três (33) votos a favor. -----

▶ **ANTÓNIO CORDEIRO** usou da palavra e disse: “apenas para referir que a nossa abstenção diz respeito à não presença na sessão anterior”. -----

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** apresentou o ponto seguinte: -----

-----1.2 *Apreciação e deliberação sobre a ata da Tomada de Posse.*-----

-----A ata foi aprovada por unanimidade. -----

-----1.3 *Informação da Correspondência Recebida e Expedida.*-----

-----Todos os Senhores Deputados tiveram ocasião de receber em suporte papel toda a documentação que a Assembleia Municipal recebeu e expediuiu.-----

-----Não havendo intervenções vamos passar ao ponto 1.4 -----

-----1.4 *Assuntos de interesse relevante para o Município.*-----

-----Entretanto chegou à Mesa uma proposta que eu vou passar a ler enquanto procedem às inscrições para intervir no ponto 1.4. -----

----- «Proposta para fornecimento aos elementos da Assembleia Municipal de **IPAD/TABLET** -----

-----Atendendo ao avanço tecnológico dos últimos anos, finalizado com a recente instalação de fibra ótica expoente máximo de comunicações, vimos solicitar a V. Exa., se digne transmitir ao Executivo da Câmara Municipal, a necessidade de fornecer os meios técnicos necessários, a exemplo do que aconteceu com os elementos do Executivo, para substituição do papel enviado, aquando dos trabalhos desta Assembleia. -----

-----43 Deputados da Assembleia-----

-----Valor médio de cada aparelho = 300 € -----

-----Total = 12.900 €» -----

-----Os Deputados do PS e do PSD -----

-----Não havendo intervenções vou colocar a proposta a votação. -----

-----A proposta foi aprovada com zero (0) votos contra, duas (2) abstenções, dos Senhores Ilídio Martins e António Gonçalves e trinta e nove (39) votos a favor. -----

-----Chegou mais uma proposta à Mesa que vou passar a ler -----

----- «Proposta de Recomendação-----

-----Como é do conhecimento de todos, a manutenção dos caminhos rurais, constitui uma das maiores prioridades em qualquer freguesia. A mão-de-obra para esse fim é escassa e a falta de meios pela maior parte das juntas de freguesia, levam a uma dependência dos serviços do município para colmatar essa necessidade.-----

-----Se no que respeita ao arranjo do pavimento, drenagem dos mesmos e até à limpeza das valetas o problema se resolve, em boa parte, com a

motoniveladora, o problema coloca-se com a necessidade da limpeza da vegetação que cresce nas bermas dos mesmos e que carece de um destroçador que execute essas funções. -----

-----Sabendo nós que o anterior Executivo tinha já em fase adiantada e financiado o concurso para aquisição de uma giratória com rodas de pneu e destroçador aplicado na lança, para dar esse apoio tão necessário às freguesias, e que este Executivo anulou esse concurso, vimos por este meio recomendar ao Senhor Presidente que, com base na grande utilidade que essa máquina vai ter e na boa situação financeira em que encontrou esta Câmara, reconsidere este assunto e proceda à aquisição da máquina giratória com destroçador». -----

-----O Grupo Parlamentar do PSD» -----

-----Não havendo intervenções vou colocar a proposta a votação. -----

-----A proposta foi aprovada com zero (0) votos contra, onze (11) abstenções e trinta (30) votos a favor.-----

► **CÂNDIDO FERNANDES** usou da palavra e disse: “é com enorme prazer que estou aqui neste lugar a falar-vos, desde o dia 29 de setembro já vai algum tempo decorrido e alguns pensarão não ser adequada a hora de falar em alguns assuntos que vou falar, mas também por outro lado ainda não tive oportunidade para o fazer, em primeiro lugar quero dar os parabéns a todos os que integraram e alinharam nas listas apresentadas pelo PS, que culminou com a vitória e eis o resultado, o Guimarães, o Pedro, o Chico é o Presidente desta Câmara, uma vitória suada, mas justa, digo justa porque o povo reconheceu a mensagem dos vários intervenientes ao longo da campanha, que estava na hora de mudar, não poderíamos continuar a ser ignorados, maltratados, ultrajados, pressionados, etc., quero realçar o bom comportamento do meu povo de Ventozelo que muito contribuiu para esta vitória que estou a falar, assembleia de freguesia 100 votos, contra 54 votos, assembleia municipal 93 votos, contra 58 votos, câmara municipal 92 votos, contra 60 votos, de pouco lhe valeu à câmara anterior as manobras que fizeram nos dois ou três meses anteriores ao dia 29 de setembro em Ventozelo, máquina por ali, manilhas por aqui, niveladora por além e outras manobras vergonhosas, que não vale a pena comentar. As obras devem ser planeadas e feitas ao longo dos quatro anos de mandato, devem ser feitas independentemente da cor política da câmara e da freguesia, recorde que fiz dois mandatos como presidente da junta, muitas vezes pedi aqui neste lugar obras, muitas vezes entrei aos gabinetes do presidente, vice-presidente e vereadores, mas fui sempre discriminado por ter sido eleito por um partido que não estava no poder, mas as coisas mudam, se não vejam, foi reparado um caminho que liga a freguesia de Peredo ao povoado de Ventozelo, denomino caminho de apeirão e pena da areia e termina junto à igreja de Ventozelo, este caminho já em tempos eu pedi a

ajuda da Câmara e foi-me negada, e esta Câmara sendo de cor partidária diferente da freguesia, deu luz verde à reparação do caminho, muito obrigado Senhor Presidente Guimarães, é assim mesmo. -----

-----Quero também pedir aqui neste lugar, neste sítio, porque é aqui que se faz política, é aqui que se falam as coisas, é aqui que se discutem os assuntos, é aqui que se devem tirar as elações positivas e negativas das eleições que de quatro em quatro anos decorrem. Fui candidato em Ventozelo e num universo de 215 eleitores, ganhei, tendo votado em mim 100 eleitores, contra 54 do meu opositor da lista do PSD, nunca o PSD teve uma derrota tão pesada em Ventoselo, por tudo isto peço que o vice-presidente chamado Afonso Gonçalves que tenha a coragem, a capacidade e a determinação de se demitir, deixando o lugar vago para que seja ocupado por outra pessoa que não envergonhe o povo de Ventozelo, Ventozelo anda perdido no tempo, a quem o devemos? Ao último presidente que foi de Ventozelo. -----

-----Por último peço ao Senhor Presidente da Assembleia que se me puder facultar cópias das intervenções do último presidente de Ventoselo que esteve aqui nesta assembleia durante os últimos quatro anos que me sejam facultadas, e para terminar peço que lhe mandem uma cópia desta ata, para que possa vir aqui a defender-se do que eu estou aqui a pedir, nada mais tenho a dizer em relação a este assunto. -----

-----Quero também em relação a outro assunto alertar aqui, não sei será bem o termo alertar, mas há um caminho que terminava junto ao cimo da reta dos arames, aqui em Mogadouro e com o IC5 foi cortado esse caminho, agora uns começam a passar por o viaduto do IC5, querem entrar nesse caminho mas ali na quinta de nogueira, às portas da quinta de nogueira estão lá uns valados e se calhar até têm razão porque se calhar não lhe foi paga a propriedade, com a passagem do IC5, eu alerta aqui, deixo este alerta para a câmara porque se o problema não foi resolvido, deve ser resolvido, os caminhos devem ter todos eles uma continuidade como tinham antes do IC5 existir, não sei de quem a culpa poderá ter sido, mas isso também não interessa, o que interessa é resolver esse problema do caminho, deixo aqui este alerta, obrigado”. -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente da Câmara *as pessoas primeiro*, foi com este slogan que está aqui no poder, tive oportunidade de lhe postar no facebook e agora vou dizê-lo aqui pessoalmente, não só para o Senhor Presidente da Câmara, mas para o Senhor Presidente da Assembleia, para toda a equipa da Câmara que nos vai governar ao longo destes quatro anos, os Mogadourenses, esperamos, que sejam atores privilegiados da condição humana atentos aos problemas e dilemas, desafios, desempenhando um papel crucial no bem-estar das pessoas e da sociedade Mogadourense. Quero aqui mostrar o meu constrangimento e vou falar aqui na última Assembleia da Santa Casa da

Misericórdia, que fiquei profundamente constrangida ao saber, ao ser informada que em Mogadouro a pobreza já se estendia de tal forma, sobretudo a pobreza envergonhada, foi dito que em pouco mais de um ano teriam sido distribuídas vinte e seis mil refeições à pobreza envergonhada, ora isto faz pensar e eu também desconhecia tal coisa, o povo costuma dizer que ser pobre não é vergonha, pois não, agora esta gente talvez seja uma nova classe social que se envergonha, porque caiu na pobreza por falta de emprego, talvez por doenças e é preciso olhá-la com muito cuidado. Eu não sei como é que este Município tem articulado a ação social, penso, eu deixaria aqui uma dica, para a formação de um Conselho Local de Ação Social onde englobaria todas as entidades, inclusivamente Presidentes de Junta, ou seja todos os parceiros, Cruz Vermelha, Centros Sociais, Santa Casa da Misericórdia, Segurança Social, Centros Paroquiais, que em articulação, reunissem periodicamente e tratassem desses assuntos, articulando, não sendo cada instituição àquela que mais fazia, ou que mais se destacava, mas para o prol e para o bem de todos e nesta época nós sabemos que é preciso, essas reuniões periódicas que se desenvolvam na tendência à prevenção de atenuar as situações de exclusão e isolamento social e físico a que as pessoas em risco estão expostas e que promovam ações com o objetivo de sensibilizar as comunidades para a aprendizagem intergeracional, ou seja como meio de alcançar a solidariedade entre gerações, porque o trabalho isolado não produz grande fruto, nem a sopa dos pobres resolve a situação constrangedora que vivemos e que promete prolongar-se, porque já toda a gente percebeu que a tão comunicada retoma da economia, não passa de uma “balela” e quanto a isto fico por aqui. -----  
-----Queria deixar aqui um alerta no que diz respeito à educação, vislumbrasse a municipalização do ensino até ao 12ºano, estava nos horizontes do Governo já este ano, não tivesse sido um ano eleitoral, fazer os Mega Agrupamentos, ou seja, agrupar Miranda, por exemplo, com Mogadouro, não podemos ser ingénuos, e eu aqui digo ao Senhor Presidente, seja solidário com Miranda, se isto vier a acontecer, porque uma coisa lhe garanto, perde Miranda, perdem os alunos e não ganha nada Mogadouro e ainda digo mais, mesmo que as contrapartidas sejam grandes, ou sejam boas, acredite que lhe vão sair muito caras, ao Concelho vão sair muito caras”. -----

► **PAULA SÁ** usou da palavra e disse: “eu venho aqui com um assunto que é de interesse do Município, a importância do aquecimento na escola do ensino básico de Mogadouro, infelizmente e do rigor do inverno transmontano, pressupõe que o Centro Escolar disponha de um sistema de aquecimento capaz de servir com eficiência toda a escola. Desde a sua inauguração, há poucos anos, que o Centro Escolar tem sido alvo de alguns reparos por parte dos alunos, docentes, auxiliares e encarregados de educação. Apontados reparos às condições físicas deficientes e,

independentemente de se tratar de um edifício novo, há necessidade de se fazerem algumas obras de melhoria na infraestrutura; em particular, destaca-se a necessidade de reforçar a qualidade do sistema de aquecimento do Centro Escolar. Confesso que é uma escola bonita mas não é para o local. Como sabemos, o homem é um ser homeotérmico que possui um sistema de regulação térmica para manter a temperatura mais ou menos constante em torno de 37°C. Ou seja, quando a temperatura e a humidade estão acima ou abaixo de valores limite para o ser humano, o desempenho deste fica comprometido. A velocidade do trabalho diminui, as pausas tornam-se maiores e mais frequentes, a concentração diminui e a disponibilidade para aprender é muito instável. A exposição ao frio torna vulneráveis as crianças a doenças. É fundamental, principalmente para as crianças, terem condições ambientais adequadas para que o sucesso escolar seja uma realidade. Sei que é um custo muito elevado para o Município, mas é vital para que este problema seja resolvido o mais rapidamente possível, ultimamente temos andado com casacos vestidos lá em baixo”.----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “dirijo-me em primeiro lugar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal no sentido de elencar aqui um conjunto de ideias e de princípios dos quais não abdicamos, porque em nome do PSD e na qualidade de líder parlamentar deste partido, nesta Assembleia, queria de facto apresentar aqui, o sentido da nossa ação política neste órgão, assumimo-nos claramente como uma oposição, como oposição, uma vez que o escrutínio resultante do sufrágio de 29 de Setembro assim o determinou, num estado de direito em que as regras da democracia mais uma vez foram respeitadas, ganha a maioria, cabendo à minoria respeitar a decisão dos eleitores, assumimo-nos como uma oposição responsável atenta e disponível, disponível para colaborar no sentido da responsabilidade e da racionalidade, olhos postos na continuação do desenvolvimento do nosso concelho, é isto que nós queremos, tudo faremos para que os interesses e as expectativas dos nossos Municípios não sejam defraudadas, a nossa participação no processo de discussão política neste órgão será orientada por uma visão estratégica para o concelho, pela defesa dos estritos interesses de todos, não havendo lugar a uma postura despicienda e gratuita, seremos exigentes, saberemos ser exigentes, os Mogadorenses exigem que sejamos exigentes, caso contrário, os resultados verificados nas últimas eleições autárquicas locais teriam sido outros, teriam sido outros, sim, pois a obra feita projetou o nosso Concelho, do qual muito se fala pela positiva, mas afinal chegamos à conclusão que os Mogadorenses queriam muito mais, o que se traduz na tal exigência referida; Senhor Presidente da Câmara esperamos e desejamos que saiba e possa corresponder também à exigência que lhe foi implicitamente colocada, o PSD tem maioria neste órgão, mas tal não implica a irresponsabilidade na tomada das decisões, preferimos apresentar propostas

e sugestões, defender os nossos pontos de vista e abraçar a causa comum do desenvolvimento, repudiamos os discursos de quem tendo perdido se apresenta retoricamente no papel de quem saiu, ou teria saído vitorioso, foi assim que entendemos o discurso do líder do grupo parlamentar do partido socialista que acabado de ter perdido as eleições para a mesa da assembleia municipal acabou por fazer um discurso próprio de quem afinal tinha ganho, assumindo esta postura de responsabilidade apresentamos à câmara municipal um conjunto de propostas e de recomendações, propostas estas que começaram já a entrar na mesa, pois apresentámos à câmara municipal uma recomendação para aquisição de uma máquina giratória com o argumento de que este equipamento foi considerado de interesse relevante para as necessidades de intervenção nos caminhos rurais de todo o concelho, assim foi considerado por todos os Senhores Presidentes de Junta, pelo que insistimos, Senhor Presidente da Câmara, que esta recomendação deverá ser tomada em consideração por si, a quem cabe a decisão.-----

-----Relativamente ao processo que envolve o litígio com as Águas de Portugal, Senhor Presidente da Câmara, quero aqui, agora lembrar-lhe que muito se trabalhou no sentido de sair deste projeto que envolve as Águas de Portugal, há de facto um litígio que vem sendo trabalhado a nível de acompanhamento, por um gabinete de Advogados e queremos lembrar-lhe também que o anterior Presidente da Câmara, Doutor Francisco Pires, sempre defendeu e votou favoravelmente a saída do nosso Município daquela empresa, assim foi, porque sempre se entendeu que estávamos todos a defender os nossos interesses, os interesses económicos dos Municípios que mereceram sempre para nós o primeiro lugar, porque connosco, de facto as pessoas estão primeiro, sempre se entendeu que nada teríamos a ganhar com a continuação nesta empresa, pelo contrário, muito teríamos a perder, ou tudo teríamos a perder, os investimentos no Município no setor da águas e dos quais não seríamos ressarcidos e ainda a penalização de todos os Municípios traduzido pelo aumento do preço da água, um bem essencial para todos, Senhor Presidente da Câmara, qualquer decisão contrária a este desígnio de todos os Municípios será da sua inteira responsabilidade e do Executivo a que preside; esperamos todos que honre o esforço e o trabalho desenvolvido no sentido de tudo fazer para que a saída das Águas de Portugal se concretize. -----

-----Mais uma vez trago aqui a questão da educação, a educação tem sido sempre uma preocupação constante neste órgão, mais uma vez foi trazido aqui à coação com algumas intervenções muito contundentes relativamente ao último mandato, manifestando por vezes alguma exagerada preocupação com questões que foram mal assimiladas e mal compreendidas, questionamos se o Senhor Presidente da Câmara é conhecedor de que na escola EBI, tal como foi aqui referido, as crianças e os profissionais que aí

trabalham têm experimentado momentos de mal-estar provocado pelo frio? Perguntamos-lhe se é conhecedor do que se passa com o aquecimento? Havendo tanta gente preocupada com as questões da educação era de esperar que estivesse já informado sobre este assunto. -----

-----Uma vez que veio aqui o Senhor Cândido Fernandes na qualidade de candidato a Presidente de Junta da União de Freguesias, o Senhor Cândido Fernandes fez aqui de facto um discurso de vitória em Ventoselo, não entendemos muito bem, a freguesia já não é a freguesia de Ventoselo, a freguesia designa-se União de Freguesias de Ventoselo, Vilarinho e Vila dos Sinos e de acordo com o que todos sabemos, o PSD foi quem ganhou as eleições nesta União de Freguesias, a questão que eu deixo é esta: Porque razão terá sido assim?” -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente, antes de mais, gostaria que propusesse a esta Assembleia um Voto de Pesar, mais do que isso, um minuto de silêncio pelo falecimento de alguém que foi Presidente desta casa, o Senhor António do Nascimento Gonçalves e também proporia um Voto de Pesar pelo falecimento da Mãe do Senhor Presidente da Junta de Remondes António Cândido Batista Cordeiro”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “devo confessar que é um lapso meu, porque normalmente quando fazemos a agenda interrogamos sempre se alguém da nossa família morreu, neste caso houve aí umas coisas pelo meio, houve a morte de uma pessoa nossa amiga em Peredo, fomos para lá ao funeral no dia em que fizemos a aprovação desta convocatória e daí talvez o nosso lapso, o meu e da equipa que me acompanha nestas tarefas, eu peço imensa desculpa às famílias mas ainda estamos a tempo de remediar a questão. -----

-----Propunha um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor António Gonçalves que foi Presidente deste órgão. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Propomos também um minuto de silêncio. -----

-----No mesmo sentido, propomos ainda, um Voto de Pesar, pelo falecimento da Mãe do Senhor Presidente da Junta de Remondes. -----

-----Senhor Ilídio, como acabo de observar não tem só coisas más, às vezes dá-nos no corpo, também tem coisas interessantes, agradeço-lhe sinceramente esse reparo”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “homenageados os mortos, vamos tratar dos vivos, queria saudar a colocação naquela parede da fotografia do Senhor Presidente António Machado, com quem há oito anos tive divergências imensas, com respeito à atuação política dele e à atuação como chefe do Executivo do qual discordei bastantes vezes, mas que evidentemente merece, tal como os outros Presidentes, estar ali a ver os nossos trabalhos. -----

-----Senhor Presidente da Mesa da Assembleia permita-me que comece

esta minha primeira intervenção em Assembleias Municipais, dado que estive ausente por razões que o Senhor Presidente particularmente sabe, não me envergonho de expor publicamente, eu não estive presente, não quis estar presente à última Assembleia extraordinária porque achei que o assunto era extemporâneo, ou melhor, era deslocado, não devia ser tratado ali, mas essas razões já foram tecidas várias vezes, não vou aqui repeti-las, mas quero começar esta minha intervenção por saudar o povo de Mogadouro pelo seu comportamento cívico no dia 29 de setembro, foi de facto notável o empenho dos candidatos nessas eleições, a expressão do voto foi a que foi, mas é de realçar o sentido cívico da gente de Mogadouro que respondeu com uma participação em massa, basta ver que o índice de abstenção em Mogadouro foi de 33% quando no país foi de 47%, isso denotou de facto o interesse especial da população de Mogadouro em participar neste ato eleitoral, por isso acho que estamos todos de parabéns.-

-----Quereria felicitar o Senhor Presidente da Assembleia pela sua intervenção na Assembleia de Instalação, a chamada primeira Assembleia, realizada na casa da cultura, de facto expressou com clareza o que deve ser a atuação desta casa, o que deve ser a atuação de uma Assembleia Municipal, que é um órgão que está acima, porque fiscaliza, não tutela mas fiscaliza, respeitando a independência do exercício do Executivo Camarário, que assim seja, que assim se cumpra, que de facto sejamos nós aqui a fiscalizar o Executivo, eu por mim, uma vez mais em minoria, coisa a que já estou habituado e que não me inibe absolutamente nada, eu por mim mais uma vez em minoria continuarei a lutar para que esta casa seja dignificada. -----

-----Se me permite dirijo-me ao Senhor Presidente da Câmara e aos Senhores Vereadores, felicito-vos pela vossa eleição, realço, pela primeira vez em Mogadouro há um Executivo composto, um Executivo a título permanente, ou melhor com duas mulheres em cargos de Vereação a título permanente, é assim que se diz? A tempo inteiro, antigamente era a designação que se usava, felicito-os por terem duas mulheres no Executivo o que prova que não se tratou de uma mera formalidade para cumprir a Lei da paridade, tratou-se de um reconhecimento de capacidades na organização da lista com o qual os votantes, os eleitores de Mogadouro concordaram, é um sinal de regozijo, espero que tudo corra da melhor maneira. Em especial ao Senhor Presidente da Câmara, quero dizer que contará da minha parte com o apoio mais que crítico, critiquíssimo, sempre em cima da atuação do Executivo, porque é essa a função para que me elegeram, e de si é ainda mais exigido porque não chega virgem a este lugar, já tem dezasseis anos de experiência autárquica a nível da freguesia de Mogadouro e isso traz-lhe uma maior responsabilidade, uma responsabilidade acrescida, penso que lhe dará algum traquejo, que lhe dará alguma à-vontade para lidar com estas questões, mas também se lhe exige

por isso mesmo maior responsabilidade. Os restantes membros do Executivo que entraram de novo, pois, penso eu, que terão a mesma experiência que tinham os outros, que quando para cá entraram também não tinham nenhuma, deve ser a mesma, mas o caminho como diz o poeta, António Machado, não o Senhor Presidente cessante, mas o António Machado poeta, o caminho faz-se, caminhando, espero que caminhem bem e seguramente, não os quero maçar mais, apenas repito aquilo que disse na última Assembleia do anterior mandato, citando Saramago, as derrotas e as vitórias nunca são definitivas, por isso aos derrotados resta sempre a esperança de um dia vencerem e aos vencedores deve caber a responsabilidade de exercer o mandato sem orgulho, com dignidade e com humildade, é isso que eu espero do novo Executivo”. -----

► **ALTINO ALEIXO** usou da palavra e disse: “Queria dizer aos novos deputados desta casa que porventura qualquer palavra, ou qualquer atitude que eu tenha aqui dentro, daquela porta para dentro, é só única e simplesmente política, aos mais novos que ainda não me conhecem quero-lhe deixar esse recado. Depois destas brilhantes intervenções há uma que me ressaltou e quero dar conta dela a todos vós, fiquei contente com a intervenção do Senhor deputado José Maria, de facto aqui neste ciclo político que hoje se inicia, penso eu e desejo que a bancada da situação acabou, vamos ter uma bancada da oposição e vamos ter uma bancada como sempre estive, de fiscalização, como acabou de dizer o deputado Ilídio Martins. Poderia falar-vos de vários assuntos, uns seriam relevantes para uns, teriam mais relevância do que outros, mas isto de relevância e de assuntos é como o bom senso, não tem medida, cada um toma o que quer, por isso o assunto relevante que eu vos trago aqui, é a democracia, sabem que a democracia é um sistema político em que o poder emana da vontade dos homens e das mulheres em prol da liberdade e da igualdade, é em democracia que a liberdade e a igualdade dos povos melhora e faz com que as coisas corram melhor; este sistema político da democracia, como todos sabem, tem o seu cerne nas eleições, depois das eleições a democracia grande parte das vezes é corrompida pelo poder e então aí os verdadeiros democratas só têm um caminho a seguir, é tentar democratizar a democracia, isto é, dando maior liberdade, maior igualdade, para um maior número de pessoas das povoações, como sabem o poder também é preciso desejá-lo, um dos exemplos que eu vos posso dar seria o 24 de Abril de 1974 em que os militares criaram todas as condições para o poder e depois não o quiseram exercer, bom, passaram estes anos todos e nós estamos na situação em que nos encontramos hoje. Em democracia o povo nem sempre escolhe em seu favor, eu na última assembleia, com o anterior executivo camarário, eu disse que quando Pilatos deu a voz ao povo, o povo pronunciou-se e em vez de soltar o Salvador, que era Jesus Cristo, disse para soltar Barrabás, isto para vos dizer que em democracia o povo é

soberano, elege quem tem de eleger e depois o processo democrático continua, perante isto eu poderia dizer-vos mais algumas coisas, mas não vos quero maçar muito mais, quero terminar com uma frase batida dizendo-vos o seguinte: embora para alguns diga pouco, para outros diga muito, *o mundo só pode ser melhor do que até aqui, quando conseguires fazer mais pelos outros do que por ti*".-----

► **FILIPA MARTINS** usou da palavra e disse: “A minha intervenção vai na sequência da intervenção que foi aqui realizada pela Deputada Antónia, no sentido em que a Professora Antónia falava acerca da pobreza encoberta, das necessidades, das carências, que neste momento se começam a revelar no nosso concelho, e falou especificamente duma resposta social da santa casa da misericórdia de Mogadouro, que é a cantina social, para que todos os presidentes de junta e também a nível do gabinete e do pelouro da ação social da autarquia, fiquem devidamente esclarecidos, o protocolo que existe estabelecido entre a segurança social e a santa casa de Mogadouro para o fornecimento de refeições, prevê que diariamente sejam fornecidas oitenta e cinco refeições e a informação mais concreta apurada pela segurança social de Bragança, relativamente ao mês de novembro, apresenta-nos que de facto houve uma execução total do fornecimento destas refeições diárias, porém, e apesar da santa casa da misericórdia de Mogadouro ser de todas as santas casas que tem protocolo para este serviço, para este apoio à comunidade carenciada em termos alimentares, ser a terceira que no distrito mais refeições e mais carenciados tem apoiado no último ano, é de salientar que em termos de execução do fornecimento de refeições, a santa casa de Mogadouro, se encontra apenas a 80,4% de execução do número de refeições cabimentadas, isto é, refeições que são pagas, financiadas pela segurança social em protocolo, o que significa que haverá algumas pessoas que nem todos os dias irão buscar as refeições, ou por motivos que são alheios ao conhecimento da segurança social de Bragança, não estarão a ser fornecidas todas as refeições previstas por dia. Há uma nota que eu gostaria de aqui deixar para o Senhor Provedor da Santa Casa, é uma nota que me foi transmitida em reunião geral, precisamente pela diretora da área de cooperação da segurança social do centro distrital de Bragança e que tem a ver com os critérios de ilegitimidade dos candidatos a este tipo de resposta social, a este tipo de apoio, se calhar alguns Senhores Presidentes de Junta não sabem, mas também podem referenciar habitantes das vossas aldeias e das uniões de freguesias para beneficiarem deste tipo de resposta, independentemente de serem, ou não beneficiários do RSI, porque a avaliação será sempre feita de uma forma casuística, nem todas as situações de carência são iguais, independentemente de haver um conjunto de critérios que deverão ser respeitados, há sempre a liberdade dos técnicos que fazem a análise da situação de cada candidato para poderem fundamentadamente justificar a

atribuição deste apoio. -----  
-----Relativamente à questão escolar que aqui também foi referenciada, também apoio e subscrevo a apresentação da deputada Paula, concordo plenamente, crianças com frio não têm concentração, não têm rendimento, professores com frio, funcionários com frio, pois de certeza que também não cumprem plenamente as funções que lhe estão acometidas, crianças com fome, também não, eu não sei se é do conhecimento geral, mas existe um programa que se chama pera, tem um nome interessante, é uma fruta, é um alimento e o programa pera é nada mais, nada menos, que um programa escolar de reforço alimentar, há crianças com dificuldades, com carências, independentemente do escalão de subsídio da ação social que lhe é atribuído poderão ter acesso grátis às refeições, almoço nos refeitórios dispersos pelo concelho porém terão um reforço alimentar, é um suplemento para combater as carências económicas que existem em casa.---  
-----Informo também que devem identificar e comunicar as situações que tenham conhecimento, relativamente às crianças, que mesmo estando integradas neste programa a nível escolar, elas podem ser beneficiárias do apoio da santa casa da misericórdia de cantina social, estas crianças podem, mesmo já estando no limite do número de refeições diárias que podem ser servidas pela santa casa, a única coisa que a santa casa terá que fazer, e isto é uma orientação direta da segurança social, que poderá ser veiculada depois de forma mais específica, mas em termos da ação social convém que todos estejamos informados desta possibilidade, terão que informar posteriormente à segurança social o número de crianças que integram o programa pera e que passarão a ter a cantina social, o jantar é-lhes garantido, pelo menos essas crianças sabemos que não passarão dificuldades no regresso a casa, em termos alimentares, a cabimentação orçamental será depois da responsabilidade da segurança social em articulação com a Santa casa da Misericórdia. -----  
-----Ainda relativamente às questões de carências, de necessidades, gostaria de solicitar um olhar atento por parte da ação social da autarquia, relativamente a um outro programa que foi criado pelo Decreto-Lei 281/2009 de 6 de outubro que é um programa que tem a designação de SNIPI, significa Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância, este programa foi criado com uma missão específica de garantir a intervenção precoce na infância relativamente a crianças dos zero aos seis anos que de alguma forma apresentarão alguma alteração ou risco de desenvolvimento deficitário nas suas várias amplitudes, o objetivo deste programa é assegurar a proteção, os direitos das crianças, desenvolver as suas capacidades, este programa tem um sistema bem organizado com equipas locais de intervenção, há três em todo o distrito de Bragança, uma a funcionar em Macedo, outra em Bragança e temos uma aqui em Mogadouro, qualquer um dos Senhores Presidentes, os elementos da ação

social da autarquia como têm representatividade em várias comissões, nomeadamente também nas comissões de proteção de crianças e jovens, entre outras parcerias, poderão estar atentos e denunciar estas situações, uma vez que, além dos técnicos da saúde da segurança social haverá também a possibilidade a nível escolar de serem identificadas estas crianças, porque elas passarão a ter um acompanhamento muito especializado para aquilo que são as necessidades e dificuldades que têm para poderem alcançar um bom desenvolvimento. A referenciação destas crianças pode ser feita diretamente à técnica de serviço social da segurança social, a um elemento da área da saúde nomeadamente até ao médico de família e eu gostaria que todos nós prestássemos um olhar mais atento a estas questões e que de certa forma difundíssemos esta informação, porque são respostas relativamente recentes que estão a ser implementadas com outras competências, outras capacidades em termos de eficiência e eficácia neste momento e que poderão ser uma mais-valia para que sejam satisfeitas algumas necessidades que são primordiais para os nossos cidadãos”. -----

► **ANTÓNIO CORDEIRO** usou da palavra e disse: “não era minha intenção intervir neste ponto, mas uma vez que fui referido na intervenção do deputado José Maria, vim dizer alguma coisa a esse respeito, diz o deputado José Maria que eu na tomada de posse tinha tido um discurso de vitória, eu quero dizer ao deputado José Maria que se há uma coisa que me caracteriza a mim, é a humildade, fui sempre humilde, nunca gostei de dizer que era mais do que aquilo que sou, também não sei porque é que diz isso, porque na tomada de posse de todos nós, o que eu disse e não sei se confundiu a minha intervenção, eu dei os parabéns ao Senhor Presidente da Mesa e o que lhe disse, é que a democracia funcionou, ganhou, dei-lhe os meus parabéns, disse que nós devemos ganhar sem vinganças ou afrontas, naturalmente com a alegria própria da vitória e sabemos que num jogo a dois, há sempre um que perde e outro que ganha, foi só isto que eu disse sem querer ir além daquilo que sou, sei muito bem que não podia ter um discurso de vitória, porque nós não ganhamos as eleições para a assembleia, em termos de eleitos ficámos empatados, mas o meu discurso não foi no sentido da vitória, peço-lhe que se quiser corrigir, se não, é consigo, mas o que eu quis dizer foi isso, não tenho discurso de vitória, mas sim de humildade”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “antes de começar a minha intervenção de resposta a todas as questões colocadas, gostaria de informar a assembleia que por motivos imperativos de ordem pessoal a vereadora Joana não está presente, por motivos de saúde. -----  
-----Relativamente às questões aqui colocadas começo por agradecer as palavras ao deputado Cândido, efetivamente Cândido o povo de Mogadouro, votou livremente, escolheu, e é nesse sentido de obrigação para com eles que nós aqui estamos, tudo faremos para tratar de igual modo

qualquer que seja a freguesia eleita da forma do partido A, ou partido B, eu disse no meu discurso de tomada de posse que a partir do momento que eu tinha acabado de assinar o meu compromisso com este concelho era um compromisso assumido perante todos, de igual forma para todos, de outra forma não estaria aqui, e é nesse sentido que eu quero mais uma vez frisar perante todos vós e perante esta assembleia, estão aqui representadas também as freguesias todas e é nesse sentido que os Senhores têm que pedir e fazer-nos sentir tudo aquilo que mais importante é para a vossa freguesia, eu sei que tem sido difícil para poderem estar ao longo destes dois meses, deste pouco tempo que ainda estamos, estarem comigo um bocadinho, mas também é só esta fase inicial de instalação nos vários órgãos em que o Município também está inserido, também temos já certas intervenções, comunicações e contactos que temos que fazer para nos inteirarmos daquilo que também nós nos propusemos perante o eleitorado, não tem sido uma tarefa fácil, como frisou o deputado Ilídio Martins, eu tinha experiência sim de freguesia, passei por aqui há uns vinte anos como deputado municipal também, mas como autarca diretamente ligado ao município, de facto é a primeira vez, essa é uma experiência nova, mas é uma experiência que nós estamos a abraçar de uma forma orgulhosa, mas também de obrigação perante tudo aquilo que nós entendemos que é objetivo cumprir e como a deputada Antónia dizia também, com o entendimento do nosso slogan, *as pessoas primeiro*. -----  
-----Relativamente à abertura dos caminhos rurais, Cândido, nós já tivemos uma reunião nas Estradas de Portugal exatamente no sentido de fazer com que juntamente com a Ascendi fossem repostos alguns caminhos que foram cortados ao longo da via do I5, foi das primeiras reuniões que tivemos, pedimos uma audiência ao Diretor de Estradas daqui do Norte. ----  
-----Professora Antónia eu queria agradecer-lhe as recomendações que nos fez, de facto no estado atual em que o país e o concelho propriamente dito se apresenta, a ação social é imperativa, mas também lhe posso dizer que está prevista a aprovação e a discussão pública de um regulamento de apoio social novo, porque entendemos que só assim podemos prestar um serviço social como um município coerente, que não tem acontecido, isto porque há certas situações que não concordo, nós devemos apoiar socialmente quem tem necessidade, perdoem-me se magoo-o alguém, mas é assim mesmo, aqueles que são mais necessitados, esses sim têm que ser apoiados, nós prevemos que no início de janeiro esse nosso projeto de regulamento esteja aprovado no executivo e posteriormente será efetuada a discussão pública que é assim que a lei o exige. A criação de centros intergeracionais com as freguesias, nós já temos alguns contatos com as freguesias, nomeadamente a de Mogadouro, já nos solicitou instalação, porque é importante neste momento que as freguesias tenham todas um centro, dentro da disponibilidade, é evidente, dentro das freguesias em si

dos centros intergeracionais. -----  
-----Agora refiro-me à deputada professora Paula Miguéis, diz-se que já fui eu mais vezes em dois meses à escola, do que o anterior Presidente do executivo ao longo de doze anos, é verdade, mas é verdade mesmo, aliás qualquer problema que há na escola eu tenho logo a preocupação de ser o primeiro a aparecer lá, ainda esta semana houve uma avaria técnica, ou seja, houve uma fuga de gás na sexta feira passada e entrou ar para a canalização o que veio provocar que os aparelhos todos ficassem sem funcionar, chegámos à escola segunda feira, não havia aquecimento, não havia gás para as senhoras fazerem a refeição, resolvemos aquilo da melhor forma, enquanto os técnicos da Douro Gás se deslocaram a Mogadouro, sei que há muita situação que temos que resolver, e que poderia ter sido feita e executada anteriormente, mas não foi, é por isso que estamos aqui, alteramos aquela questão dos meninos poderem ter um recreio condigno e coberto, também temos o prazer de vos dizer que irá ser executada essa parte agora da obra mais em fundo de estrutura nas férias para não interferir, já adjudicamos isso, alteramos esse projeto contrariamente à vontade de outras pessoas, nós fizemos assim porque entendemos que é necessário esses recreio em que os meninos estejam à-vontade, os próprios professores se deslocam de uma forma mais coberta e mais digna.  
-----Professor José Maria Preto fico mais contente e feliz que haja uma oposição responsável, é importante que isso aconteça e é por isso que eu peço a todos que o façam, porque uma oposição responsável, atenta e disponível é aquilo que menos se pode esperar, eu quero mais ainda, quero que sejam exigentes da forma como nos tratam também, mas também que nos saibam, não só criticar, mas apoiar, naquilo que nós fazemos, ou que iremos fazer, o nosso tempo, como sabe ainda é pouco, mas no pouco tempo que temos, já demonstramos que estamos aqui com capacidade para o fazer, estaremos abertos a propostas e sugestões que queiram e que devem apresentar através do grupo parlamentar do PSD, mas quero agora aqui, já que esta assembleia aprovou uma proposta sobre a máquina giratória, então em primeira mão vou dizer-vos o seguinte, desde sempre eu defendi que o município tinha que ter uma máquina bulldozer, cheguei aqui ao município e pus essa questão aos nossos técnicos, os técnicos foram pura e simplesmente responsáveis e disseram-me, nós tínhamos informado o anterior executivo que era de facto uma necessidade a aquisição desse equipamento, mas entenderam que era a máquina giratória que neste momento tinha mais interesse, nós fomos logo ao Douro Superior, tentar junto da Associação ver qual era a possibilidade de alterarmos o projeto ainda existente, não perdendo o financiamento, fique aqui bem esclarecido, nós não perdemos o financiamento e já vos vou dizer porquê, porque do lado espanhol esse quadro comunitário não estava a ser cumprido na totalidade, nós estávamos muito mais adiantados e havia alguma coisa que

nos dizia que o quadro iria ser alargado, e foi, posso-vos dizer que foi alargado até junho e não 31 de dezembro, ou seja tivemos aqui a possibilidade, não só de não perdermos esse financiamento, que eram noventa mil euros, como agora vos posso dizer que temos a bulldozer com o financiamento ilegível de duzentos e vinte e cinco mil euros, o que nos vai trazer o financiamento direto de 75% que dá cento e sessenta e oito mil setecentos e cinquenta euros, ou seja, não perdemos esse e fomos buscar quase o dobro desse dinheiro através do mesmo programa, porque conseguimos também arranjar mais dinheiro, porque o município de Freixo com quem temos um relacionamento muito bom, com todos eles, mas o município de Freixo entendeu também que não iria executar uma obra que estava financiada, que eram umas piscinas e fez a cessação desse contrato em favor de nós, ou seja, neste momento posso-vos dizer que nós não perdemos esse financiamento, temos sim o financiamento aprovado, mas entendemos que a máquina que mais nos faz falta neste momento é a bulldozer. -----

-----Quanto às Águas de Portugal já assumimos que mantemos aquilo que o anterior executivo decidiu, já o fizemos sentir, só para terem uma imagem daquilo que se preparam fazer é que até 2018 os consumos mínimos terão que ir para o valor de vinte e seis euros e cinquenta e dois, estão a ver o que será no nosso concelho aumentarmos a água em quase 500% ao longo destes cinco anos, impensável. -----

-----Senhor deputado Ilídio Martins, eu espero muito de si, sei que é um homem crítico e é com as suas críticas que eu vou aprender muito, agradeço-lhe muito que me critique, e aqui neste lugar, porque é assim a democracia que o senhor sempre defendeu e eu também. Gosto muito das suas intervenções, sempre gostei, é nessa forma de criticar que nós aprendemos. Nós somos dignos e humildes para sabermos também aceitar tudo aquilo que os senhores entendam ser o melhor, porque o sabe tudo ainda não chegou a este local. -----

-----Queria agradecer também ao deputado Altino Aleixo as palavras que nos dirigiu, e a democracia, liberdade, igualdade está aqui nesta casa, neste momento. -----

-----Filipa obrigado pela intervenção, aliás como técnica nessa área, vamos precisar muito de si, gostava muito de depois podermos ao longo deste nosso mandato, de conseguirmos alguns objetivos que nós já começámos, não me vou alongar sobre isto, em relação à Santa Casa, o Senhor Provedor depois saberá melhor como é que essa situação está”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “proponho fazer aqui um pequeno intervalo só de um quarto de hora para comer um bocadinho de bolo-rei, como é usual nesta época, aqui na nossa assembleia”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “acho que

dispensamos a chamada, há quórum, entretanto os membros da mesa vão contar as presenças, vamos dar continuidade e vou abrir aqui um período muito breve, ainda relativamente aos outros assuntos, porque ainda nos estamos a reger pelo regimento anterior, só em fevereiro é que aprovamos o novo, já está praticamente elaborado falta concertar lá uns pontinhos e virá aqui para aprovação na reunião de fevereiro, até lá sempre demos dois períodos de intervenção, agradecia que fossem breves e sucintos dado o adiantado da hora”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “é a primeira vez que uso da palavra neste mandato que está praticamente a começar, pelo menos em termos de assembleias, já que na anterior praticamente não tivemos possibilidade de nos expressar, foi à lei da rolha e também não estava cá o Senhor Deputado Ilídio Martins, não se gerou a discussão em torno de um assunto que ele já disse hoje aqui que não concordava com ele, ou era extemporâneo, mas a verdade é que foi com base nas intervenções dele que esse assunto originou uma assembleia extraordinária, só por isso já foi importante, ainda bem que se esclareceu, eu sugeria ao Senhor Presidente da Assembleia que esse parecer que veio trazer luz como resultado do pedido que foi feito à Associação Nacional de Municípios, porventura o encaixilhasse e o pendurasse algures aqui nalguma parede desta sala para que conste e que no futuro não se voltem a gerar outras discussões em torno do mesmo assunto que estava por demais esclarecido e bem esclarecido, bastava para isso ler o regimento desta assembleia. Como dizia é a primeira intervenção que faço neste mandato e sinto-me quase na obrigação de dar as boas vindas a todos os membros aqui presentes, porque neste momento e olhando daqui de cima, se não estou em erro serei o elemento mais antigo em conjunto como Senhor Presidente da Assembleia, pelo menos dos que aqui vejo e que me lembro seremos os elementos com mais anos nesta assembleia, estamos a iniciar o quinto mandato, eu pelo menos, o Senhor Presidente, talvez mais, aproveito para desejar a todos um bom trabalho, um trabalho em prol do município, em prol da gente do nosso concelho que é para isso que aqui estamos. -----

-----O assunto que aqui me traz, vem na sequência da argumentação que o Senhor Presidente aqui fez em relação à giratória e eu como proponente da moção de recomendação, sinto-me na obrigação de vir aqui contrapor os argumentos que ele aqui disse que seria mais útil para o concelho a aquisição de uma bulldozer do que da giratória com destroçador, já tenho algum tempo de experiência de Presidente da Junta, convivo com outros Presidentes de Junta e converso com eles e também tenho o conhecimento da minha freguesia e das outras e acho que é muito mais útil, largamente, para a câmara adquirir neste momento, uma giratória com rodas de pneu para a poder deslocar facilmente de umas localidades para as outras sem precisar de um camião, e com esse destroçador, porquê? Porque é assim a

bulldozer, para fazer caminhos novos, nós na zona do parque estamos automaticamente proibidos a fazer caminhos, estamos limitados, nas outras aldeias penso que caminhos novos estarão praticamente todos feitos, algum que seja necessário fazer a câmara tem equipamento suficiente para os fazer, tem uma giratória com rodas de lagarta e tem uma boa niveladora que também auxilia muito nesse tipo de trabalhos, para os caminhos que já existem e que são muitos, a niveladora é muito mais eficiente do que uma bulldozer, meter uma bulldozer num caminho que já está feito é estragar o caminho, enquanto que a niveladora é muito mais útil para isso e penso que consegue satisfazer todas as necessidades das freguesias, e a câmara não tem uma, tem duas, que uma está lá cima parada na zona industrial, que a vejo todos os dias, não sei se está avariada, ou não, mas se calhar para pequenas coisas ainda será possível pô-la a funcionar, ora a grande necessidade que eu sinto e da conversa que tive com os outros Presidentes de Junta, e aqui foi unânime que todos votaram favoravelmente para a aquisição da giratória, ou quase todos, pelo menos ninguém votou contra, o que é mais necessário é mesmo a aquisição da giratória com o destroçador, porque o grande problema hoje nem é propriamente, às vezes nalguns caminhos o pavimento, o pavimento até está bom, o chão, o fundo do caminho, é a vegetação que cresce das bermas e que hoje ninguém limpa, cada vez há menos gados nas aldeias que antes ainda iam comendo e limpando os caminhos, hoje há cada vez menos, ninguém passa a pé, ninguém corta uma silva, ninguém limpa nada, tudo que se fizer tem que ser as Juntas de Freguesia e nós somos, pelo menos a mim é assim que me acontece, aos outros será igual, os Presidentes de Junta são constantemente bombardeados por causa dos caminhos, que os caminhos não estão em condições e não estão em condições precisamente pelo monte que cresce e que os obstrui, às vezes chega-se a cruzar o monte de um lado do caminho para o outro, posso dizer-lhe que no meu caso senti necessidade de adquirir um destroçador, a Junta de Bemposta tem um destroçador, porque na altura que cheguei à Junta comprei um trator e agora recentemente comprei um destroçador, resolve parte do problema mas não resolve tudo, porque só chega a uma altura limite de dois metros e há sítios que não resolve tudo, a máquina seria muito mais eficiente e mais rápida e resolveria esse problema, é nesse sentido que lhe pedimos Senhor Presidente para reconsiderar, até porque teve a felicidade de herdar uma câmara com uma excelente situação financeira, parece que, e ainda bem se assim é, que não perdeu o financiamento que a anterior câmara já lhe tinha deixado garantido para a aquisição da máquina e se de facto tem argumentos e sente que há necessidade para comprar também a bulldozer, Senhor Presidente, compre as duas que nós apoiamos. -----  
-----Só mais uma coisa, também da intervenção do Senhor Presidente só para lhe dizer que em relação à posição tomada no caso das Águas de

Portugal, se a posição é essa de não entrar, ou de sair, nós congratulamo-nos com essa medida”. -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** usou da palavra e disse: “queria agradecer aqui as palavras da minha colega e Senhora Deputada Ana Paula, fez muito bem em trazer para aqui o assunto da escola, de facto o aquecimento não tem estado regulado, é evidente que eu não vou para lá trabalhar com este casaco que trago aqui, também posso dizer que frio não tenho sentido, nem nas salas por onde passei, as crianças se têm queixado, o facto é que tem estado mais frio do que estive o ano passado e é preciso rever essa situação, obrigada, mas não é só isso, focou aqui um aspeto muito importante que foi a localização, mas não é só isso, nós sabemos bem e toda a gente aqui sabe que aquela obra, eu atrever-me-ei a dizer que foi um aborto à nascença, um despesismo para o município que nunca poderá dispensar os transportes, para além de outras coisas, uma má construção, eu até já defendi aqui uma auditoria àquela obra, e séria, porque de facto dinheiros públicos não podem ser geridos desta forma, ela irá trazer gastos e muitos gastos e nunca irá satisfazer por completo as necessidades das crianças, nem de quem lá trabalha. -----

-----Ao Senhor Deputado José Maria, que agora já não é Deputado TEIP, já não está numa câmara TEIP, passou a Senhor Professor TEIP, eu quero dizer que realmente soltou-se a falar aqui de educação, obrigada também, porque em tantos anos que aqui foi Deputado e Diretor de uma escola, nunca trouxe aqui sem ser puxado pelos outros, o assunto da educação, obrigada também, trazia-o quando era resposta, quando respondia a quem o trazia e também não o vi muitas vezes lá em baixo pela escola e de facto nessa altura seria a altura ideal para denunciar certas situações, porque há coisas ali, há uma ala de salas que tem que ser forçosamente alterada e remodelada, como já disse aqui ergonomicamente não tem funcionalidade e até na inquietude das crianças ela se manifesta, porque a luz entra-lhe do lado errado e nunca vi uma sala de aulas com aquela exposição, não houve esse estudo, penso que aqui falhou uma formação de uma equipa, tanto de um lado como do outro onde metesse Professores, Arquitetos, Engenheiros, onde fizessem um estudo da funcionalidade, e não houve; houve um totalitarismo de impor a obra e de fazer a obra e será um despesismo para sempre, eu se calhar, sob pena de ser aqui bem criticada, mas vou dizê-lo, nunca defendi que um município viesse deitar abaixo ou derrubar obras que o outro deixou feitas, mas neste caso eu ponho um ponto de interrogação.--

-----Também dizer ao Senhor Presidente da Junta de Bemposta e não leve isto como critica, leve como um conselho, tive oportunidade, eu neste período tenho sido um pouco pau para toda a colher, e já passei pelo jardim-de-infância de Bemposta, a sala está espetacular, está muito bem apetrechada e muito bem arranjada, agora há duas coisas que eu gostava de lhe dizer aqui e uma é a água quente naquele jardim, são ali dezasseis

crianças permanentes, são crianças entre o três e os cinco anos que estão sempre a lavar as mãos para ir almoçar e quando não é o resto, porque nessas idades ainda acontece e comigo até aconteceu, não pode ter água quente para um médico que vai lá uma vez por semana, ou uma tarde, ou um amanhã e não estender a água quente para aquelas crianças durante o tempo letivo. -----

-----Outra coisa é a grade que me parece de muita importância e fácil de resolver, porque aquilo além de ser proibido por lei, uma simples grade por o lado de dentro resolvia, acaba em espeto, ou em bico e poderá trazer ali acidentes graves para as crianças e parece que já terá sido focada, mesmo aqui para a câmara municipal, embora aquele jardim seja autárquico, possivelmente uma Doutora Ana Camisas que trabalhava no centro de saúde terá um relatório aqui na câmara, não sei se alguém tem conhecimento”. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “pensei que este ponto, neste momento, seria para novamente questionar a câmara, fazer reparos ao Senhor Presidente da Câmara, afinal o que aqui foi feito foi voltar atrás e discutir aquilo que já tinha sido discutido, de qualquer das formas também já nos habituamos, há algumas intervenções aqui que denotam de facto uma obsessão relativamente à questão da educação, é bom que assim seja, o que é preciso é que não seja perfeccionista, nem doentia como me parece que tem sido. Senhor Presidente da Câmara fico muito satisfeito quando afirmou aqui que pretende, e vai ser a sua postura, de tratamento igual para todas as Juntas de Freguesia, o mesmo tratamento para as populações independentemente da política partidária do partido que ganhou em cada uma das localidades e/ou Juntas de Freguesia, não sei porque é que poderia ser de outra forma porque entendemos nós que sempre assim foi, de qualquer das formas queria também lembrar-lhe que o PSD é um partido humanista, a sua matriz social é de facto de natureza profundamente humanista e sempre esteve e estará preocupado com as pessoas, quando nos dizem que conosco as pessoas primeiro, enganem-se, o PSD no seu ideário político é de facto o partido que se apresenta como verdadeiramente humanista e preocupado com as pessoas, é preciso prática, é preciso de facto fazê-lo e é preciso estar com as pessoas, isto a propósito de uma intervenção que aqui foi feita em que se referia à criação de uma comissão local de ação social, eu penso que as pessoas andam distraídas e desconhecem que o CLAS de Mogadouro já existe e tanto quanto sei e até porque fiz parte desse órgão em representação das escolas, trabalhou e tem feito um trabalho a todos os títulos meritório, esperamos que de facto o CLAS continue a fazer este trabalho em prol da tal pobreza envergonhada, em prol de todos aqueles que verdadeiramente necessitam. -----

-----Senhor Presidente da Câmara também para lhe referir que fico muito satisfeito em saber que vai às escolas, que tem estado nas escolas e que já

foi muitas vezes à escola, ao centro escolar do ensino pré-escolar e 1º ciclo de Mogadouro, e se assim é, se vai àquela escola é porque alguém a construiu, é porque alguém teve a preocupação de dar dignidade às crianças e ao ensino neste concelho, criando uma escola que a todos os títulos muito nos honra, queria também lembrar aqui que aquela escola, naquele local resulta da infraestruturização, foi posta aqui em causa a localização daquela escola e porventura será para ir abaixo, eu queria dizer que aquele espaço foi infraestruturado e quem estava na altura aqui na Câmara Municipal dirigindo os trabalhos do executivo era de facto o PS que em nosso entender, e muito bem fez a posse administrativa da quinta da agueira e ali instalou aquilo que instalou, infraestruturou e era o espaço ideal e excelente para criar ali a escola, portanto também não é por aí que temos que ir, relativamente ao projeto e aquilo que ali está, convém lembrar a esta Assembleia Municipal que o projeto não é da Câmara Municipal, que o mesmo foi aprovado em sessão do executivo anterior, mas que quem deu a última palavra à aprovação daquele projeto foi a DREN, Direção Regional de Educação do Norte, acompanhei o responsável da DREN na vistoria pedagógica daquele espaço, fez algumas recomendações, e essas recomendações foram tidas em consideração e houve intervenção no sentido de melhorar o que ali estava, e o que ali estava é o que ali está neste momento e de facto o projeto foi aprovado do ponto de vista pedagógico, portanto Senhor Presidente da Câmara queria colocar-lhe uma questão, e a questão é tão simplesmente esta, é uma questão técnica, não só técnica, mas também de cariz legal, disse aqui que iam de facto intervir na escola, que iam cobrir uma das áreas do espaço existente e eu pergunto-lhe se já fizeram a devida alteração à rubrica do plano de atividades do plano de intervenção, hoje nele continua a constar a cobertura do polidesportivo, não consta ainda, não está aprovada a cobertura do espaço que pretendem cobrir e como tal parece-me que poderá estar aí ferida de alguma ilegalidade a intervenção que pretendem fazer e questiono mesmo se será a melhor decisão de cobertura do espaço que pretendem intervencionar como área coberta”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “só mesmo para responder à Senhora Deputada Antónia e dizer-lhe que ela é de facto diferente, porque estive na escola de Bemposta meia dúzia de dias, mas a verdade é que veio fazer aqui um alerta de duas situações que foram novidade para mim, na medida em que tenho trabalhado e colaborado os quatro anos que estive na junta e que estou, com a Educadora permanente dessa escola que está lá, não quero errar, mas se calhar há mais de quinze, dezasseis anos, já no tempo em que eu andava a estudar aqui em Mogadouro, antes de 93, já me encontrava muitas vezes com ela na camionete e ainda lá está, e devo dizer que tenho cumprido rigorosamente com tudo o que a educadora tem pedido para aquela escola, se ela está

como está, não é por acaso que as coisas acontecem, a Senhora Deputada Antónia o tempo que lá esteve arranjou logo ali alguns pretextos, não sei se para fazer política, porque todos os assuntos que a Deputada Antónia aqui traz é politiquice pura, aproveita as questões da educação, das escolas e por aí fora para fazer política, comigo essas coisas não colam, devo dizer frontalmente, se eu estivesse a dar ouvidos às suas sugestões, como lhe queira chamar, estaria a desautorizar uma Educadora que lá está há muitos anos, que nunca me tocou nesses assuntos, se me tivesse tocado já estariam cumpridos, sinto que não devo pegar nos assuntos que aqui trouxe porque estaria a desautorizar uma pessoa que tem feito um trabalho excelente em Bemposta, na escola com os garotos, um trabalho admirável que toda a gerente considera lá, tem sido notável, mas como a Senhora Deputada Antónia disse, aquilo é um centro autárquico, penso que foi assim que disse, como gosta de fazer política e agora tem um executivo da sua cor política, faça favor”. -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente da Junta de Bemposta, está a confundir as coisas e está a não saber ouvir, porque de facto eu nunca fiz aqui politiquices, procuro ser isenta nas minhas intervenções e se tiver que falar contra mim assim o farei, o que estava no centro de saúde pela Doutora Ana Camisas foi-me dito pela Educadora Isabel a quem eu referi estas coisas e ela disse olha já duas vezes que veio aqui a Doutora Ana Camisas, mandou um ofício para a Câmara e nunca fizeram nada, portanto não é politiquice, foi dito por ela. A água quente se for pessoa de boa consciência naturalmente que nem era preciso dizer-lho, um médico para lavar as mãos depois de atender um doente é diferente de dezasseis crianças ali permanente, não confunda coisas úteis e a bem das crianças com politiquices porque disso eu não gosto”. -----

► **JOÃO MEIRA** usou da palavra e disse: “se eu fosse Presidente de Junta de uma junta qualquer e precisasse que me fizessem um caminho novo ou que me limpassem um caminho eu não me importava se era com uma bulldozer, se era com uma máquina giratória, ou outra qualquer, essa questão deixava-a para a Câmara, eu só me importaria era se o caminho não fosse feito, ou não fosse limpo, agora a questão técnica não é comigo. -----A segunda questão era a seguinte, não me recordo no tempo do executivo do Doutor Francisco que houvesse um plano para instalação de uma escola naquele lugar, penso que isso foi no último executivo que foi colocada essa questão e parece-me que o partido socialista sempre foi contra essa colocação”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “eu só vou referir aqui duas situações, dizer ao Presidente de Junta, António Martins, que às vezes as coisas não são bem assim, a sua opinião é essa, a opinião é de cada um, mas a giratória..., nós temos dois tratores, dois destroçadores,

será que é preciso mais uma giratória? Vou-lhe dizer para seu conhecimento, sabe quanto é que a junta de freguesia gastou este ano na limpeza da floresta com a bulldozer? Vinte e oito mil euros e deve haver mais juntas que precisam disso, porque é que na proteção civil não se preocupam com isso? Porque é que temos que ir buscar uma giratória a outros concelhos se for preciso, ou pagar esse custo, nós temos dois tratores com destroçadores, nós temos que dar prioridades àquilo que entendemos nós executivo e juntamente com os nossos técnicos, eu entendo, se é necessário isso digam-nos quando precisarem que nós dentro da disponibilidade do trator, irá para lá. -----

-----Professor José Maria agradeço-lhe exatamente a satisfação pela igualdade de tratamento das juntas de freguesia, que nós vamos fazer isso, mas lamento informá-lo que não foi o que anterior executivo fez, quer que lhe diga? Eu refiro-me a Mogadouro, se quiser faço-lhe chegar certidão de todas as atas do executivo da junta relativamente à questão do executivo, anterior município, que teve connosco e ficamos por aqui, aliás o Senhor Presidente da Junta, se for preciso, agradecia-lhe que me trouxesse as certidões das atas. -----

-----Relativamente ao polidesportivo, nós mantemos no plano deste ano a cobertura, o local que faz mais falta neste momento foi-nos transmitido pelos seus colegas que trabalham ali na escola, foram eles que nos indicaram o que era mais premente neste momento, foi isso, ouvindo as pessoas lá, é para isso mesmo que nós estamos aqui”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “vamos passar ao segundo ponto. -----

-----2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----**2.1 *Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea c) do nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.***-----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “dirijo-me ao Senhor Vereador Evaristo, porque vejo aqui na sua atividade no dia 06/12, uma visita, presumo que tenha sido ao Cardal-Bemposta, limpeza e arranjo da localidade, só para me disponibilizar, como é da minha freguesia, sempre e quando entender fazer lá alguma visita agradecia que me contata-se, se não tem o meu contato, terei todo o prazer em lho fornecer, sempre que for à minha freguesia, desde que possa terei todo gosto em o acompanhar”. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “em relação a este ponto eu queria trazer aqui a questão da situação financeira do município, porque pensamos nós, relativamente a este ponto, seria bom lembrar, e porque não felicitar o anterior executivo camarário pela excelente gestão financeira deste município tendo deixado uma situação de total desafogo e de condições propícias para um início e continuação de um trabalho sem

preocupações a esse nível, ao nível do dinheiro, da disponibilidade financeira, não será de mais lembrar e reforçar aqui este reconhecimento, felicitar os responsáveis do anterior executivo liderado pelo Doutor Machado, esta questão é oportuna, é para nós importante, é sensível e plena de sentido num momento em que assistimos a dificuldades já aqui reportadas de grande constrangimento e aperto financeiro no fim de um quadro comunitário que se vai esgotando e esmifrando e portanto não poderíamos deixar de nos congratular com aquela facto uma vez que com esforço, com dedicação, com trabalho, com empenho esta verba disponível só assim foi possível faz muito mais sentido porquanto em municípios do distrito de Bragança, municípios com o mesmo contexto geográfico, económico e social a situação é bem distinta e com as consequências que daí advêm, que é de facto quem chega ao poder ter enormes dificuldades na concretização e avançar com os projetos para o público e para os municípios cumprindo os programas eleitorais, portanto queria aproveitar aqui para de facto deixar estes parabéns ao anterior executivo. Reportando-me à resposta do Senhor Presidente da Câmara, penso que a freguesia de Mogadouro não é um bom exemplo para apresentar aqui, para referir aqui desigual de tratamento por parte do PSD, por parte do anterior executivo, uma vez que a freguesia de Mogadouro terá sido porventura a freguesia onde mais se investiu, também sabemos e temos conhecimento de que a junta de freguesia nem sequer assinou um protocolo perdendo vinte e seis milhões de euros do programa e isto é da responsabilidade da junta de freguesia”.

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “só para lembrar aqui ao Professor José Maria Preto que no meu discurso de tomada de posse e passo a citar *«permitam-me que saúde naturalmente aqueles que hoje cessam os seus mandatos e que nos últimos quatro anos deram o melhor de si para que Mogadouro fosse um concelho melhor, essa participação cívica e política que ativamente desenvolveram nos últimos quatro anos merece o nosso respeito e a nossa saudação»* não sei se leu?” -

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “vamos passar ao ponto 2.2-----

## -----2.2 *Deliberação dos Documentos Previsionais para o Ano de 2014 – Orçamento; Plano Plurianual de Investimentos; Plano de Atividades Municipal e Mapa de Pessoal.*-----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “o orçamento para o ano de 2014 que vos apresentamos foi elaborado no âmbito da competência da Câmara Municipal conforme o disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e para apresentação à Assembleia Municipal, para efeitos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25 da referida Lei. Foi dado cumprimento ao estatuto do direito de oposição (Lei 24/98 de 26 de Maio), pedindo ao Presidente da Comissão Política com

assento na Câmara mas sem atribuição de pelouros que apresentassem propostas, opiniões ou sugestões para a elaboração dos documentos previsionais, tendo o PSD respondido ao pedido. Na previsão de receitas foi seguido o Plano Oficial de contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as devidas alterações, tendo sido garantido o cumprimento, dos princípios orçamentais, bem como a sua compatibilidade com as regras previsionais definidas pelo mesmo. Também no sentido de dar cumprimento ao equilíbrio orçamental foi tido em conta o determinado no n.º2 do art.º 40 da Lei n.º73/2013 de 3 de setembro que estabelece que a receita corrente bruta deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Tratando-se dos primeiros documento previsionais apresentados pelo atual executivo, o plano e orçamento para 2014 em apreciação, foram elaborados tendo em conta a situação de emergência financeira e social em que o país se encontra. A contratação da atividade económica, resultante dos vários ajustamentos impostos pelo programa de assistência económica e financeira a Portugal, a perda de poder de compra por parte da população e principalmente a incerteza quanto ao futuro próximo, impõe ao município de Mogadouro limitações acrescidas a vários níveis designadamente na diminuição das receitas por falta de obras particulares, do licenciamento, da publicidade entre outras mas principalmente pela diminuição das transferências do Estado, e ainda pelos cortes à capacidade de endividamento e todo um conjunto de medidas de restrição orçamental impostos pelos sucessivos Orçamentos de Estado que nos obrigam a uma melhor gestão autárquica, no sentido de assegurar por um lado o desenvolvimento sustentável e continuado do concelho e por outro o melhoramento da qualidade de vida dos nossos munícipes.-----

-----O Orçamento de Estado para 2014 prevê mais um aumento de 3,75% nas participações da Câmara para a Caixa Geral de Aposentações o qual, se for aprovado, vai sobrecarregar mais os encargos do município, a que se acrescenta os aumentos recentes nas taxas do IVA na eletricidade e outros bens. Como se não bastasse o aumento das despesas, levamos também com a redução das receitas, a diminuição das receitas provenientes das transferências do Orçamento de Estado tem ao longo dos últimos anos sido progressiva e sistemática. Só neste ano comparativamente ao anterior, sofremos um corte no valor de € 334.421,00, estando aqui incluído o valor de € 97.793,00 correspondente ao valor da redução em 50% da participação variável na taxa de IRS a que o município tem direito. -----

-----Verifica-se também e pelo segundo ano consecutivo, um aumento da percentagem do FEF corrente em detrimento do FEF capital, que neste caso favorece a elaboração do Orçamento face à diminuição da receita própria em contraponto com o aumento das despesas correntes consideradas

obrigatórias. A dificuldade na obtenção de empréstimos, bem como a proibição do aumento do endividamento municipal e principalmente a publicação da Lei 8/2012 de 21 de fevereiro (LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), que não permite assumir qualquer compromisso sem que primeiro se verifique a existência de Fundos Disponíveis, condicionam a elaboração das Grandes Opções do Plano e consequente orçamento que lhe dá cobertura. Nesse contexto, os mesmos foram elaborados de forma bastante rigoroso, traduzindo as dificuldades económicas globais. Assim o Orçamento para o ano 2014 aqui apresentado, regista tanto na receita como na despesa, o valor total de € 14.721.280,00. Se compararmos este valor com o do Orçamento do ano 2013 (€ 15.215.263,00) podemos verificar que apresenta uma redução muito próxima dos € 500.000,00, que resulta de um cálculo rigoroso das receitas tendo como base os valores arrecadados até esta data. O exemplo de poupança e racionalização da despesa mostra-se também com embora pouco expressiva, a redução da despesa corrente em relação ao ano anterior no valor de €107.582,00 o que representa cerca de 1,2% apesar do aumento de 3,75 como atrás foi dito, verificado na Caixa Geral de Aposentação e do aumento da receita corrente. Podemos também verificar que a participação direta no Orçamento do Estado com € 8.247.361,00, representa 56,02% do total do Orçamento em apreciação. Ou seja se acrescentarmos a esta percentagem, os 17,93% previstos como receita do QREN, restam pouco mais de 25% que refletem a receita própria que o Município gera. -----

-----Quanto à dívida do Município, constata-se que a mesma é apenas de médio e longo prazo a pagar aos bancos, prevendo-se que durante o próximo ano, a mesma sofra uma redução próxima dos 14%, situando-se no final de 2014 em € 4.401.951,40. O documento em análise contemplam uma série de projetos e ações que visam garantir qualidade de vida e bem-estar aos cidadãos através da realização de vários investimentos em todo o concelho contemplados no Plano Plurianual de Investimentos, bem como as várias rúbricas de índole social e cultural, previstas no Plano de atividades Municipal destinadas principalmente às famílias com maiores dificuldades financeiras. Assim, e face ao atual contexto da grave crise que atravessamos, o executivo estando atento a esta situação vai direcionar a sua atenção e a sua preocupação para as pessoas. Isso mesmo está refletido nesse documento, que revela que “as pessoas estão em primeiro lugar”, daí as inúmeras iniciativas de apoio às famílias carenciadas com a inclusão do Fundo de Emergência, o apoio à compra de medicamentos, a oferta de manuais escolares e de enriquecimento curricular, bem como o pagamento dos transportes escolares a todos os escalões de ensino. -----

-----Relativamente ao Plano Plurianual de Investimentos, que sofre em relação ao ano anterior uma redução na ordem de € 300.000,00, apresenta o valor total de € 4.279.179,00 e contempla alguns projetos iniciados durante

o ano de 2013 pelo anterior executivo com um volume de capital a rondar € 1.500.000,00, mas também e dada a ausência de projetos de construção, várias obras com duração para além de um ano e que se preveem colocar a concurso durante o ano e outros ainda com valores simbólicos que nos permitam lançar caso seja garantido o financiamento comunitário ou que por estarem já concluídas fisicamente aguardam a elaboração da revisão de preços aquando a publicação dos índices. Como se pode verificar, das Grandes Opções do Plano para o ano de 2014 (GOP'S), constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Plano de atividades Municipais, destacam-se em termos de valor a Cantina Escolar, a Adutora de Brunhosinho a Mogadouro, a remodelação do Parque de Exposições, a recuperação e valorização ambiental da ribeira do juncal, o Pavilhão Multiusos, a Remodelação da Escola Primária e requalificação urbana da zona envolvente da Escola Primária de Valverde e a casa Mortuária inscritos no PPI. No PAM, destacam-se as dotações para as Juntas de Freguesia, os acordos de cooperação com a Proteção Civil, os protocolos com as IPSS, a recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, a limpeza urbana da vila, o fornecimento de energia elétrica em média e baixa tensão e as amortizações de empréstimos, sendo que também a rubrica de subsídios foi dotada com verba considerável de forma a permitir o apoio às associações e outras instituições locais que o solicitem e contribuam para o desenvolvimento e promoção do Concelho. -----

-----Por classificação funcional, verificamos que o PPI é desagregado em três grandes rubricas, sendo que as funções sociais absorvem a maior fatia com €2.841.179,00 correspondentes a 66,40% do total, cabendo às funções gerais o valor de € 567.500,00 equivalente a 13,26% do investimento e as funções económicas com € 870.500,00 a que corresponde a 20,34% do investimento. -----

-----Analisado por rubricas, verifica-se que as prioridades do Plano Plurianual de Investimentos são as funções gerais, a aquisição e indemnização de terrenos no valor de € 100.000,00, as ferramentas e utensílios para aquisição de uma máquina no valor de € 155.000,00 e o equipamento Cinema Digital no valor de € 75.000,00. Em todas as restantes rubricas, os valores nelas inscritos destinam-se essencialmente à aquisição de material e equipamento para a atividade operacional dos serviços municipais. -----

-----Nas funções sociais e por se tratar de capítulo com maior abrangência como a Educação, a Ação Social, o Ordenamento do Território, o Saneamento, o abastecimento de água, a Proteção do meio Ambiente, a cultura e o Desporto contém o maior valor e nele estão inscritos os projetos de maior relevo, destacando-se aqui mais a quantidade de ações do que propriamente os valores individuais com exceção das que transitam de ano e que estão em execução. Citamos aqui no entanto os €100.000,00

destinados a estudos e projetos, os 135 mil euros a investir na área do saneamento com a construção e substituição de fossas sépticas em diversas aldeias, os 626.017 euros a investir na rede de abastecimento de água ao Concelho e muitas outras de menor valor distribuídos por várias ações que em nossa opinião melhor servem os interesses na nossa população. Outras há, que só serão exequíveis se conseguirmos o financiamento das mesmas daí o baixo valor que nelas constam, mas que se torna obrigatório para as podermos candidatar. -----

-----Quanto à área das funções económicas, os € 870.500,00 que regista no total está dividida em três grupos. Indústria e energia em que os € 235.000,00 estão repartidos pela construção da III fase da Zona Industrial, a eficiência energética na iluminação pública que permitirá no futuro uma redução dos custos com a energia elétrica, a ampliação da rede de iluminação pública e a iluminação do Castelo de Mogadouro e zona envolvente da Igreja Matriz. -----

-----O segundo, designado por grupo dos Transportes e Comunicações que detém o maior volume de capital com € 355.500,00, destina-se ao melhoramento da rede viária municipal onde se destaca a construção da variante da Zona Industrial ao IC5, as pavimentações do caminho agrícola de Peso a Macedo do Peso e da Estrada Municipal de Azinhoso a Sampaio, os arruamentos em várias aldeias e ainda a construção de um Heli Ponto. --

-----Quanto ao terceiro e último capítulo designado por Comércio e Turismo tem uma dotação global de € 250.000,00 cabendo a maior fatia com € 200.000,00 à remodelação do Parque de Exposições estando o restante da verba distribuída pela construção do Mercado Municipal dos Produtos da Terra e da loja Interativa de Turismo. -----

-----É neste sentido que propomos a aprovação deste Orçamento, que engloba o Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Atividades Municipal e Mapa de Pessoal”. -----

► **ANTÓNIO CORDEIRO** usou da palavra e disse: “não queria correr o risco de estar aqui a repetir-me e a repetir o que disse o Senhor Presidente e o que está escrito nos documentos, está escrito muito bem, com muita clareza, por isso queria ver se não me repetia muito, trazia aqui alguma coisa escrita, mas não vou falar dessa maneira, vou falar simplesmente como me parece que será mais interessante, o documento está muito bem elaborado, tem aqui mão de quem soube o que andava a fazer, estão previstas as receitas e as despesas, o POCAL, Plano Oficial de Contabilidade da Administração Local esteve na base, toda a elaboração obedeceu à regra desta Lei, que é a Lei do POCAL. As obras, todas elas são pertinentes, há naturalmente, umas que serão mais urgentes do que outras, mas todas elas são pertinentes, e se falarmos na questão da adutora das águas de Brunhosinho/Mogadouro, é muito importante que se pense nisto, e que se faça o mais breve possível, porquê? Porque só quando estiver a funcionar

esse sistema de adução de água é que se pode pensar seriamente na limpeza da barragem de Penas Roias, é certo que se acabou com a questão psicológica de não faltar água em Mogadouro, mas temos o problema de não termos a água com a devida qualidade e muitas vezes, já muitos anos, desde que começou a funcionar que se nota e ouve-se com frequência as pessoas queixarem-se da qualidade da água, talvez nessa altura, e o Senhor Presidente já terá pensado nisso, o Senhor Presidente e o Executivo, poderão pensar seriamente no vazamento da barragem, na limpeza da bacia de alagamento, e penso que a seguir a água que se consumir em Mogadouro proveniente daquela barragem será uma água boa. -----

-----Depois tem aqui o Pavilhão Multiusos, a Casa Mortuária, a III fase da Zona Industrial, a ligação da Zona Industrial ao IC5, não há dúvida que esta é uma das obras importantes também para tirar a circulação de grandes camiões daqui da área da vila, que o circuito se faça no acesso à Zona Industrial, por outro lado, o acesso principal terá que ser esse, e esse deverá ser feito logo que possível, a Ampliação da III fase da Zona Industrial também é importante, há pessoas que querem instalar-se, que querem investir, investir em Mogadouro é sempre bom, é muito bom que se crie mais emprego em Mogadouro porque caso contrário também temos o problema de não arrastar para aqui pessoas e nós precisamos de mais gente em Mogadouro, e é sobretudo na Zona Industrial onde as pessoas se podem estabelecer e criar emprego para mais pessoas, por isso eu vejo com agrado que essas obras sejam feitas. -----

-----O Heli Porto o Senhor Presidente já falou, o Parque de Exposições, penso que também é importante o Parque de Exposições, mexer nele porque está a ser utilizado de uma forma precária, porque ele quando nasceu não foi com essa finalidade, mas agora ao criar ali o Pavilhão Multiusos e adaptar o Pavilhão das Exposições ao Pavilhão Multiusos penso que ficará ali uma obra que no fundo é muito importante para tudo aquilo que são os eventos que se fazem e sobretudo para a Feira dos Gorazes, que é uma feira que tem que se ter muita atenção, porque ela é das poucas, senão única do distrito, com mais dimensão. -----

-----A construção do Mercado dos Produtos da Terra, eu nunca fui a favor, manifestei-me sempre contra a que o Mercado Municipal desaparecesse, a minha posição foi sempre clara e é conhecida de toda a gente, entendo que não é bom que as pessoas que vêm vender os seus produtos da terra se encontrem ao ar livre, por vezes aos efeitos da chuva, aos efeitos do calor, ao frio, numa zona onde não me parece que estejam mais bem situados, é bom que esse Mercado dos Produtos da Terra apareça e que vá ser o lugar onde as pessoas possam vender os seus produtos. -----

-----São muitas mais as obras que são Plurianuais e que podia aqui referir, não vou referir mais porque penso que não é necessário, elas estão cá devidamente discriminadas no Plano Plurianual de Investimentos. -----

-----Em termos de obras nas aldeias, não vou referi-las todas, de maneira nenhuma, apenas para referir que continuam pelos vistos com a envolvente da escola de Valverde, a Santa Marinha em Saldanha, Remondes, Sanhoane, Castro vicente, Penas Roias, Tó, Peredo, Vilarinho, Cardal do Douro, Vilar do Rei, para referir apenas só algumas porque no fundo há lá mais que estão previstas e que eu entendo que não vale a pena estar a referir, cada um dos Senhores poderá ler o documento e apreciá-lo e veem realmente que estão lá muitas coisas referidas. -----

-----Na questão do Plano de Atividades Municipal, o Senhor Presidente já referiu que há uma verba de quinhentos mil euros para transferir por protocolos para as Juntas de Freguesia e isso também é muito bom, porque as Juntas de Freguesia só poderão ser úteis se tiverem algum dinheiro para gastar, se não tiverem, não são muito úteis, eu sei que alguns se queixavam anteriormente que não recebiam nada, não sei porquê, nem porque não, nunca me debrucei seriamente sobre isso, mas pelo menos agora, e a intenção parece que é essa, é tratar todos por igual, e isso é muito bom Senhor Presidente, fica-lhe bem dizer uma coisa dessas. -----

-----Tem também uma série de acordos, protocolos com as IPSS, com a Proteção Civil, Resíduos Sólidos, tudo isto faz parte do Plano de Atividades no dia-a-dia e que são naturalmente tratadas com verbas, penso que, correntes. -----

-----A redução da dívida em 14% também é bom, quanto menos dívida, nós estamos realmente em boa situação financeira, mas é sempre bom que a dívida reduza, sabemos que há Câmaras que estão aí afogadas, a nível de distrito e a situação delas não é muito boa. O que é que eu posso dizer em termos do Plano Plurianual de Investimentos? Parece-me que é um Plano bom, que eu classificaria como um Plano equilibrado, bastante abrangente e sobretudo muito rigoroso, penso que este Plano é mesmo para cumprir, nalgum tempo, nesta Assembleia, faziam-se Planos que não eram para cumprir, era só para tapar olhos aos seus Presidentes de Junta, que era para que o aprovasse, e depois fazia-se o que calhava o que não calhava não se fazia, mas penso que este não vai criar falsas expetativas, acho que é bom, e nesse sentido outros poderão dizer que se fossem eles a fazer fariam diferente, eu não tenho dúvidas que sim, mas a nossa diferença para a oposição, que podemos considerar aqui, é só esta, é só questão de prioridades, não quer dizer que eles não fizessem estas obras, nós também faríamos outras que eles têm feito. A única diferença que há entre nós e vós é que é uma questão de prioridades, a nossa prioridade neste momento é esta e é esta que eu penso que todos temos que aprovar e penso que ficaria bem a todos que aprovassem porque o Plano é um Plano bastante abrangente, sei que não é fácil, mas eu gostei muito deste Plano e o que eu penso e que peço é que dentro do possível todos o aprovemos”. -----

► **JOÃO MEIRA** usou da palavra e disse: “esta é a primeira proposta de

Orçamento efetuada por este Executivo que, lembro a todos, que só tem sessenta e dois dias, é gente nova, ainda com pouca experiência do funcionamento de uma Câmara Municipal, mas que, penso eu, aprende depressa e bem, é com passos curtos ainda, mas firmes, que vão tomando conhecimento do processo, não esquecendo que as promessas da campanha eleitoral são para um ciclo de quatro anos, mas tendo sempre presente que as pessoas estão primeiro, para este primeiro ano terão necessariamente que dar continuidade às obras já em curso, estudar as melhores opções para os projetos existentes, nomeadamente a Casa Mortuária, o Centro Interpretativo dos Produtos da Terra e a aquisição da tal giratória; quanto à Casa Mortuária entendeu o Executivo que a localização e funcionamento do projeto que existia, não era o mais desejado, uma obra destas tem que ser bem pensada, favoravelmente de piso térreo e se não contemplar capela deverá localizar-se o mais possível perto de uma, daí se ter concluído que junto à Capela de Nossa Senhora do Caminho seria a melhor localização para a sua implantação. -----

-----Todos sabem da intenção do Governo para desativar a Repartição de Finanças de Mogadouro, este Executivo preocupado com essa situação preferiu abandonar o projeto do Centro Interpretativo dos Produtos da Terra que seria localizado nas antigas instalações do BPSM para as disponibilizar à Direção de Finanças, tendo tido boa aceitação por parte do Diretor Geral, prefere assim este Executivo, manter aberta esta secção de finanças, assim como fixar todos os seus trabalhadores no pressuposto de poder ser uma mais-valia para todo o Município. -----

-----Para além destas alterações acredita o Município que a zona Industrial é fundamental para a atividade do concelho, com esse princípio tem como prioridade para o próximo ano a execução de uma via de comunicação direta entre essa zona e o nó do IC5. -----

-----Quanto às freguesias, o Executivo não esqueceu que quando foi eleito ficou a presidir a um Município composto de vinte e uma freguesias que independentemente da cor política dos seus Presidentes de Junta ou do número de residentes de cada uma deverão ser tratadas de igual modo e com todo o respeito de que são merecedoras, neste capítulo o Executivo aumentou em 48% o montante global a atribuir por protocolo às Juntas de Freguesia, passando o total para quinhentos mil euros, em Plano estão previsto ainda trabalhos em todas elas de acordo com auscultações efetuadas. -----

-----Quanto à máquina giratório, já falámos, são opções. -----

-----Todos os Encarregados de Educação sabem, porque se têm manifestado ao longo de vários anos que a cantina escolar está mal localizada, obrigando os alunos a sair das instalações escolares, e pior ainda, atravessar estradas, ficando sujeitos a perigos inerentes a essas travessias, preocupado também com essa situação este Executivo vai lançar

um projeto com a concordância da DREN de uma nova cantina dentro do espaço escolar procurando assim minimizar os perigos sobre os alunos, após conclusão dessa cantina o espaço que ficará livre, que é a atual cantina, e após os necessários trabalhos de remodelação será transformado num novo Mercado Municipal para aí serem transacionados diretamente os produtos dos produtores locais, ficará localizado centralmente e com um bom projeto, todos ficarão mais bem servidos. -----

-----Estas são, Senhores Deputados, entre outras as realizações para o próximo ano de um Executivo que todos sabem está no início de um mandato de quatro anos, esperamos assim a vossa compreensão e a vossa concordância para este Orçamento que sem a aprovação do mesmo passaremos a uma gestão corrente que não favorecerá ninguém”.-----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “não me vou alongar muito, não vou entrar em questões de pormenor, de qualquer forma quero deixar aqui alguns comentários em relação ao Plano e Orçamento, começar por dizer que embora não tivesse que estar já vertido no Orçamento, nós Presidentes de Junta sentimo-nos desconsiderados e desrespeitados, porque a Câmara apenas nos diz neste Orçamento, e diz-nos agora tardiamente que vêm quinhentos mil euros para transferir para as Juntas de Freguesia, quinhentos mil euros Senhor Deputado Meira são precisamente o mesmo que vinha nos Planos do Executivo anterior, não sei onde vai buscar estes mais 48%, não percebi, o valor é o mesmo, é a mesma alínea, agora onde eu digo que nos sentimos desrespeitados e desconsiderados é porque a Câmara não nos disse em devido tempo com o que poderíamos contar para 2014, no final da reunião extraordinária que aqui tivemos tive oportunidade de abordar o Senhor Presidente a esse respeito e não obtive resposta, não serve o argumento de que o Executivo é novo e também já aqui foi dito, o Senhor Presidente da Câmara tem dezasseis anos de presença num executivo e ele sabe que todos os anos durante o mês de novembro ou dezembro os Presidentes de Junta também têm que elaborar o seu Plano e deve-lhe ser dito pelo menos com o que podem contar, muito ou pouco, transferências diretas, ou por meio de protocolo, saber com o que podem contar para fazer um Plano o mais ajustado possível para o ano seguinte. ---

-----Relativamente à leitura da ata do Executivo onde foi analisado o Plano eu quero destacar aqui, de facto, a forma diferente que os Vereadores do PSD já mostraram de fazer política, criticando quando têm que criticar, mas apontando sempre uma alternativa, um caminho, disponibilizando-se até, e isto resulta da leitura de outras atas, disponibilizando-se para ajudar, para mostrar o caminho e pôr ao serviço da Câmara a experiência adquirida ao longo dos anos nesta Câmara, também aqui o PSD marca a diferença. ----

-----No que me diz mais diretamente respeito e para Bemposta também foi aqui marcada uma reunião com os Presidentes de Junta onde lhe foi pedido algumas obras para pôr no Plano, por acaso por motivos de saúde

não pude estar nessa reunião, mas fiz-me representar, penso que terá pedido duas ou três obras por localidade, eu fui muito comedido e pedi apenas uma, que era a remodelação da rede de águas e saneamentos na aldeia, de facto aparece aqui o Cardal, transita já dos Planos anteriores, já vinha em Planos anteriores, não sei se as verbas ou as datas serão para cumprir, se serão para fazer, mas congratulo-me com isso, depois temos também em Bemposta na parte mais antiga que é de facto urgente proceder a essa obra, temos para Bemposta e para o ano 2014 dez mil euros, com dez mil euros não sei o que é possível fazer, e depois vai-se empurrando a verba para 2015, 2016 com os atrasos, se tivermos obra para 2017, que 2017 é ano de eleições, como esta obra é uma obra prioritária, e não é só para mim, era também para os candidatos do PS em Bemposta, que era a obra prioritária, era a remodelação da rede de águas sobretudo na parte mais antiga, por uma questão da qualidade da água e sobretudo para eliminar as fugas que são constantes, para uma rede que tem cerca de cinquenta anos ainda em lusalite e que rebenta principalmente agora no inverno, está a rebentar constantemente, e como acontece com esta obra acontece com muitas, de uma leitura que confesso que não foi aprofundada, que fiz do Plano nota-se que de facto algumas obras com mais relevância aparecem de forma muito ténue agora no início do mandato e depois são empurradas com verbas para o final, portanto este é um Plano que estando nós a quatro anos de eleições é um Plano eleitoralista, não haja dúvidas. -----

-----No geral resulta-me também que esta Câmara com as condições financeiras invejáveis que tem, podia ter ido muito mais além, neste momento pode-se considerar uma Câmara endinheirada, com o dinheiro que tem em caixa e com o dinheiro que tem ainda para receber de fundos comunitário, de obras já pagas, e ainda não totalmente recebidas para 2014 era de facto de esperar muito, mas muito mais, 2014 vai ser um ano de estagnação em Mogadouro, por um lado, porque pararam algumas obras ou desistiram de obras que vinham lançadas, seriam essas que deviam manter algum movimento em Mogadouro e não se vão realizar, as que apontam é para o final do mandato, claramente, não tenhamos dúvidas, e a economia de Mogadouro já em 2014 vai-se ressentir, mas não serão estes motivos e outros mais que poderia aqui apontar, que nos irá levar a retirar ao Executivo a possibilidade de executar o Plano, já aqui foi dito e eu reafirmo, pela parte que me toca, que estamos aqui para fazer uma oposição construtiva para ajudar, para puxar pelo concelho, este não é o nosso Plano, não é o nosso Orçamento, mas nós permitiremos com a nossa abstenção a aprovação do Plano”. -----

► **DANIEL RIBEIRO** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente as perguntas que eu trago aqui para lhe fazer, podiam ser feitas por qualquer Mogadourense que se cruze consigo na rua, nada de muito elaborado, mas com vontade de saber algumas coisas, os comos e os porquês, ora bem, e

após uma leitura atenta do documento que contém as Grandes Opções do Plano para o Exercício de 2014 uma primeira imagem salta à vista, como novidades encontramos a elaboração de um projeto de construção de um Mercado Municipal de Produtos da Terra, projeto e construção de um Pavilhão Multiusos, remodelação do Parque de Exposições e por fim a construção de uma Cantina Escolar, em face disto pergunta-se ao Executivo, em relação à elaboração do projeto e construção do Mercado Municipal dos Produtos da Terra, intenção vertida nas Grandes Opções do Plano para 2014, quanto a este projeto suscita no espírito de quem com ele se depara se o Executivo tomou em devida conta e ponderou os efeitos que certamente terá, nefastos, diga-se, para os comerciantes locais que investiram na remodelação, nuns casos, e na criação de raiz noutros, de espaços comerciais, será que foi sopesado o impacto que a criação de um equipamento destes terá no comércio existente na vila? Será que a criação deste equipamento não irá destorcer a concorrência obrigando ao encerramento de algumas superfícies comerciais? Mais acresce que no Plano a obra aparece com significativa atuação financeira, pergunta-se qual a sua localização, e isto já foi referido pelo Senhor Deputado Meira, coisa que eu não sabia e a sua forma de financiamento, sendo certo que o próximo quadro comunitário de apoios não se destina ao financiamento primordialmente deste tipo de equipamento, depois em relação ao Pavilhão Multiusos contempla também o Plano Plurianual de Investimentos a construção de um Pavilhão Multiusos, quanto a esta obra levantam-se também pertinentes questões, em primeiro lugar a da sua utilidade, a sua localização já foi também referida pelo Senhor Deputado Meira, coisa que eu também não sabia, quanto será gasto no projeto? E por fim qual a forma de financiar a construção de tal obra? E tal como em relação ao Mercado volta a surgir a questão dos apoios comunitários e a orientação do próximo quadro comunitário de apoios, que relembre-se, não está vocacionado para o financiamento deste tipo de equipamentos. De seguida surge-nos a remodelação do Parque de Exposições, quanto a esta obra questiona-se também a sua oportunidade, sendo certo que cabe ao Executivo definir as prioridades da sua atuação, mas cabe também à Assembleia Municipal indagar o Executivo, acerca delas e então questiona-se acerca da natureza da remodelação e o que se visa com ela, comportando e como está no Plano o investimento de quinhentos mil euros. De seguida surge-nos a questão da Cantina Escolar, quanto ao projeto e construção de uma Cantina Escolar também vertido no Plano Plurianual de Investimentos e com o custo total previsto de quinhentos e vinte mil euros, levanta-se também a questão de onde será construída, novamente já foi referido e como pretende o Executivo financiar essa construção? Esta questão sim de especial relevância. -----

-----Outra questão se levanta e esta em relação à Capela Mortuária, muito

falada nos últimos anos em Mogadouro. Permitam-me questionar o atual Executivo acerca da malfadada Capela Mortuária que sirva a população de Mogadouro, sendo certo que é uma aspiração que há largos anos vem estando no topo das preocupações dos Mogadourenses, ora o Executivo que cessou funções tinha um projeto adjudicado, projeto que comportava uma Capela e duas Casas Mortuárias, ou seja permitia que se velassem dois defuntos em simultâneo com o merecido recato para os familiares, era um projeto enquadrado na zona adjacente ao cemitério e contemplava ainda a recuperação dessa mesma zona. A Capela Mortuária era um compromisso assumido pelo anterior Executivo Camarário e que tinha cabimento orçamental, de acordo com informação do júri do concurso incerto no ponto 7 da ata nº21/13 da reunião de Câmara de 26 de novembro de 2013, que todos têm aí, e segundo a mesma ata e nas palavras do Excelentíssimo Senhor Vereador, a obra já se encontra em fase de intenção de adjudicação, e repita-se, a mesma tem cabimento orçamental, por sua vez na ata nº20/13 da reunião de Câmara de 12 de novembro de 2013 e no período antes da ordem do dia o Vereador António Pimentel, solicitou esclarecimentos relativos à construção da Capela Mortuária, e na resposta o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que em princípio o projeto será para avançar a sua execução estando em estudo uma melhor localização e em moldes diferentes daqueles que estavam previstos, foi-nos dito agora que a intenção do projeto seria para a zona adjacente à Capela de Nossa Senhora do Caminho, resta saber se existem condições legais para lá implantar o projeto, pergunta-se então ao Executivo o porquê de não se continuar com a execução do projeto existente com o qual já se gastou dinheiro e está pronto a ser executado, se por razões de ordem técnica, e a sê-lo de certo a Assembleia tem todo interesse em saber quais são essas razões, ou se por outro lado são razões de natureza política que também gostaríamos de saber quais são, justifica-se, a meu ver, legitimamente, que ao atirar porta fora parte do trabalho já realizado, o atual Executivo não estará a frustrar as legítimas expectativas dos Mogadourenses fazendo arrastar, sabe-se lá por quanto tempo a realização de obra tão desejada, por outro lado também se levanta a questão e esta também malfadada do Centro Interpretativo dos Produtos da Terra, obra tão discutida, sendo certo que esta obra tinha um financiamento de setecentos e cinquenta mil euros, conseguido através de fundos comunitários, tendo a Câmara Municipal que suportar somente 15% do valor da obra, da leitura do Plano depreende-se que o atual Executivo Camarário deixou cair este projeto, que relembre-se novamente, tinha financiamento assegurado. Então, é legítimo perguntar qual o destino que o Executivo pretende dar ao espaço anteriormente ocupado pelo BPSM? Já foi aqui dito que seria eventualmente para a instalação do serviço de finanças, resta saber que não é pela vontade da câmara que isso se faz, não se venha dizer que não existe alternativa na

eventualidade de ser necessário acomodar a repartição de finanças, até porque a Câmara Municipal tem espaços alternativos, como por exemplo o piso inferior dos Paços do Concelho, o que é facto e não pode ser ilidido é que a ser assim o concelho de Mogadouro perdeu um investimento direto de setecentos e cinquenta mil euros ao que acresce um investimento indireto que geriria a obra. -----

-----Outra obra do Plano Plurianual de Investimentos é a construção da variante da Zona Industrial ao ICS, obra que como é visível pela consulta do Plano, recebe uma dotação para 2014 totalmente insuficiente, quanto a esta obra também gostaria que o Executivo explica-se a esta Assembleia o porquê de uma dotação tão baixa, depois levanta-se a questão de maior importância a construção de habitação social que recebe uma dotação para 2014 da quantia de, e pasme-se, de dois mil euros, é sabido por todos que o lema que deu o mote à campanha eleitoral que conduziu o atual Executivo ao poder, e diga-se, por vontade da população do concelho, de forma totalmente legítima, foi as pessoas primeiro, ora não se compreende onde ficam as pessoas nesta rubrica, a construção de habitação social será no entender de qualquer um, realização primeira no sentido de erradicar os problemas mais profundos que as sociedades atravessam, realidade à qual o concelho de Mogadouro não escapa, é sabido que o anterior Executivo Camarário deixou completo um projeto de construção de dois blocos habitacionais, salvo erro vinte e quatro habitações, localizado no bairro fundo de Fomento, aprovado em reunião de Câmara, não seria esta uma forma de colocar as pessoas primeiro, criando condições de habitabilidade para aqueles que mais precisam, e de caminho requalificar uma zona central da vila que está degradada, deixo aqui a questão e o porquê deste projeto que coloca aqueles que mais precisam em primeiro, ter sido deixado na gaveta? -----

-----Por fim uma palavra contra a apreciação global das grandes Opções do Plano para 2014 e de uma análise ao Plano Plurianual de Investimentos, e dessa análise salta à vista o fraco pendor do investimento previsto para o Exercício de 2014, sendo que a atividade do Executivo a avaliar pelos dados incertos no Plano será pouco mais que um atividade de gestão vegetativa, mas mais estranho se afigura o diferimento de grande parte do investimento em obras para os anos 2015, mas especialmente para o ano 2016, quer-se crer que tal facto não tem um cariz eleitoralista, não o quero crer, pois tenho por certo que o objetivo de cada um Mogadourense e por dever do ofício do Executivo que gere os destinos do concelho é a defesa dos interesses e o seu desenvolvimento sem olhar a outros fins”. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “aproveito para felicitar o anterior orador que aqui esteve para explicar com esta qualidade que todos vimos estes documentos do Plano de Atividades Municipal, Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para o ano de 2014,

começaria por afirmar que de facto todos nós sabemos, membros desta Assembleia e todos aqui presentes que estes documentos que nos foram enviados, que foram apresentados, respeitam os princípios legalmente estabelecidos, os documentos formais que o exigem, como sempre referimos, quando se trata deste momento de refletirmos e percecionarmos a nossa visão dos documentos que estamos agora a analisar, sempre referimos que se trata de documentos que traduzem a perceção de quem os concebe e os mesmos têm sempre a natureza de documentos de gestão marcados por uma série de vicissitudes, de intencionalidade que os informam, objetivamente colocam-nos perante um inventário de vontades, de anseios, de probabilidades, sempre objetivamente descritos, mas objetivamente questionados, não sou um técnico que domine os números, mas leio os documentos com atenção e portanto a minha análise é uma análise política, centrada de facto na leitura que nós fizemos com a maior acuidade, atravessando todas as páginas e folhas dos diferentes documentos, portanto significa que analisados com atenção, estamos em perfeitas condições de emitir uma série de considerações que passo a apresentar; tratando-se de documentos de gestão alargada no tempo perspetivados por um ciclo plurianual, o que constatamos é a total ausência de uma visão estratégica para a continuação do desenvolvimento do concelho, os mesmos documentos não traduzem a preocupação de dar cumprimento ao slogan do programa que o PS apresentou aos eleitores do concelho de Mogadouro, pois nada é apresentado de novo deixando a ideia de que são perpassados pela falta de visão e pela falta de ideias, o anterior Executivo fez muito, mas ainda há muito para fazer, trata-se de propostas pobres, sem audácia, sem prespetivas de futuro e como disse se traduzirão em 2014 por um momento de absoluta estagnação, trata-se de um projeto de ação de natureza marcadamente eleitoralista, já aqui foi dito, esta também é nossa perceção, por quando, se num conjunto arbitrário de obras a concretizar, as mesmas intencionalmente dotadas de verba e execução e conclusão definida para os últimos anos do mandato deste Executivo, assim e uma vez que este projeto de Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e restantes documentos, traduzem o abandono de projetos e propostas de investimento deixado pelo anterior Executivo, considerados de interesse relevante, uma vez que os documentos traduzem uma visão estratégica para a continuidade do desenvolvimento do concelho, uma vez que os mesmos não manifestam a necessidade necessária, exigida preocupação com as pessoas, uma vez que o projeto apresentado embora num plano de intenções não tem e tem uma natureza marcadamente eleitoralista, uma vez que este projeto não define objetivamente os valores das transferências para as Juntas de Freguesia, nem se definem as possibilidades de estabelecimento de protocolo e dos critérios que os mesmos deverão ter, gestão exigida e sempre invocada pelo anterior líder

da bancada do PS, e já hoje aqui invocada, não entendemos portanto outra postura que não seja a de abstenção, portanto a bancada do PSD numa atitude de responsabilidade irá abster-se na votação dos documentos que aqui nos são colocados. Foram aqui feitas algumas intervenções que ouvimos muito atentamente, e relativamente a uma delas não entendemos precisamente o que é que se queria afirmar, quando se afirmou que nos anteriores mandatos do PSD, na Câmara Municipal afirmava-se então que se fazia o que calhava, o que calhava não se fazia, não entendemos do que se está a falar quando se fazem este tipo de afirmações porque estando aqui nos anteriores mandatos nesta Assembleia Municipal, sempre aqui ouvimos dizer que era tudo uma questão de dinâmica dos Senhores Presidentes de Junta de apresentarem à Câmara Municipal os protocolos, os projetos e os mesmos teriam com certeza o aval do Município, depois tomamos também aqui conhecimento de que houve algumas desistências e alterações da intenção de dar continuidade a projetos que já estavam financiados e já estavam definidos para avançarem, com financiamento garantido e reporto-me claramente e com alguma acuidade à construção da cantina escolar, ficámos a saber que de facto ela irá ser colocada dentro do edifício, dentro do espaço físico da escola, o que exigirá penso eu, uma requalificação das instalações que se encontram mais ou menos devolutas da antiga escola preparatória, penso eu que assim será, mas aproveito também para dizer que não é apenas a construção da cantina que deve preocupar o Executivo na execução do projeto, penso que deve ter em consideração e em atenção a necessidade da construção de um auditório, porque a escola quando necessita de desenvolver palestras, ou espetáculos, ou outras atividades, não tem outra alternativa senão socorrer-se de auditórios distanciados da escola, portanto não é só a cantina é também a questão do auditório, de um projeto que abarque outras valias para aí instalar, mas ouvimos também que há intenção de requalificação do edifício e de utilização do espaço da atual cantina para construção de um mercado municipal, parece-nos perfeitamente absurdo ouvirmos falar aqui da construção de um Mercado Municipal em Mogadouro, para nós é uma ideia absurda, não faz sentido e isto é de facto andar para trás, é andar para trás, porque o que acontece é que verificamos que em todas as localidades e sedes de Município vizinhas esta ideia dos mercados municipais já foi há muito tempo abandonada, depois também não entendo e entendo perfeitamente absurdo esta ideia de construir, de ter intenção de construir um mercado municipal à beira da escola básica e secundária, como se de facto houvesse ali muito espaço para o efeito e como se de facto a construção desta infraestrutura para este fim não tivesse qualquer impacto naquilo que está ali ao lado, que é uma escola, portanto parece-nos que terão, Senhor Presidente da Câmara e responsáveis deste Município, que pensar melhor nestas intenções relativamente ao mercado municipal que nos parece muito mau aquilo que

pretendem fazer. Como disse e para concluir a bancada do PSD está aberta a trabalhar outras propostas e a apresentar propostas para aquilo que se pretende relativamente a algumas obras, isso está dito nas atas, são muitas as ideias, mas de qualquer das formas numa atitude de responsabilidade nós iremos abster-nos na votação dos documentos em causa dando assim a possibilidade de avançarem com aquilo que é o vosso plano de intenções”.

► **TERESA VILARIÇA** usou da palavra e disse: “nas funções económicas, no Plano para o próximo ano, o apoio à transformação de produtos endógenos, gostaria de saber como, como é que é dado este apoio e também é com alguma tristeza que, pela leitura que eu fiz, e procurei fazê-la atentamente não vejo que haja aqui um apoio à agricultura, num concelho rural não consegui perceber muito bem onde é que isso está, embora me possam dizer que talvez pela criação do mercado municipal dos produtos da terra, acho que só por si a criação deste mercado não vai resolver o problema dos agricultores que todos vocês conhecem bem especialmente os Senhores Presidentes das Juntas, e também não me parece que com o investimento que pretendem fazer numa Zona Industrial que há em Mogadouro possam resolver os problemas dos nossos agricultores em termos económicos, claro e de ajudas que têm a sua atividade nas aldeias, depois também é certo que enfim irão ajudar nas aldeias em investimentos, mas esses investimentos que eu consegui ver nas aldeias é tudo de arruamentos, de embelezamentos, é bom, sem dúvida alguma, eu vivo num aldeia também e também gostaria de ter e espero vir a ter umas ruas bem arranjadas que bem que necessitam, isso é importante, mas em termos de ajuda à atividade económica das pessoas que lá vivem, só se lá tivermos reformados e pessoas que não se dedicam à atividade agrícola, porque só por si isso não ajuda, acho que seria bom pensarem, não sei se ainda haverá forma de o fazerem, penso que há, até a nível energético mesmo na Zona Industrial apoio às médias empresas em termos de energia, porque não estender também essa ajuda a vacarias, a várias outras estruturas que existem da atividade económica dos nossos agricultores, embora haja algumas ajudas e apoios por parte do Ministério da Agricultura, seria bom também, não seria demais que o Município, a Câmara Municipal pudesse contribuir de alguma maneira, se possível apoiar a criação de emprego nessas áreas, os agricultores sentem dificuldade em arranjar mão-de-obra”.

► **ALTINO ALEIXO** usou da palavra e disse: “estou aqui porque o Deputado António Martins inspira-me, no global gostei de todas as intervenções, mas de facto este orçamento para 2014 está melhor do que o anterior para 2013. Agora queria dizer ao Senhor Presidente da Câmara que de facto para o próximo Orçamento que os gráficos e quadros venham a cores. Como disse, o Senhor Deputado António Martins, inspira-me, e eu vou ser breve, rápido e muito sucinto, vou só ler aqui um parágrafo da folha 3, do Orçamento para 2013, diz assim: *o Plano Plurianual de*

*Investimentos para 2013 no valor de quatro milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, cento e sessenta e oito euros regista relativamente ao ano de 2012 um decréscimo superior a sete milhões de euros, no sentido de que no final do ano a taxa de execução seja o garante da obtenção das medidas impostas pelo poder central no que ao endividamento e pagamentos em atraso diz respeito, do valor total do Plano Plurianual de Investimentos, cerca de dois milhões de euros, o que corresponde a cerca de 50% do total dizem respeito apenas dois projetos, só para dizer o seguinte, de facto eu agora percebi um bocado porque é que o anterior Executivo perdeu as eleições, e o Senhor António Martins já está a projetar o que é que este Executivo, a forma como este Executivo irá ganhar as próximas eleições, deixar todos os investimentos para o ano de 2017”. -----*

► **VICE-PRESIDENTE** usou da palavra e disse: “eu queria só responder a duas ou três questões, de uma forma sintética, que foram aqui levantadas nomeadamente pelo Deputado António Martins quando refere que não há aumento nenhum na verba relativamente a 2013 para 2014, devo referir que o ano passado estava prevista uma verba de trezentos e cinquenta mil euros para protocolos com as freguesias e nós aumentámos para quinhentos mil euros, portanto há uma diferença, um aumento de cento e cinquenta mil euros, esta é a realidade. -----

-----Relativamente ao Deputado Daniel, questionou acerca do Mercado Municipal, se poderia ou não entrar em concorrência com o comércio local da vila, eu nunca entendi a concorrência como um problema, só se for desleal, não se pretende que seja desleal, nós não somos desleais, nem os Mogadourenses são desleais, simplesmente o mercado traz uma mais-valia no aspeto de trazer uma alternativa, posso lembrar um pormenor que me parece importante, quando o anterior Executivo, criou ou tentar criar aquelas barraquinhas onde os agricultores vendiam os produtos ao domingo de manhã não me parece que tenha sido concorrência para o comércio local, aquilo que se pretende é realmente dar boas condições a quem queira vender os seus produtos, estamos a falar de produtos endógenos, se os querem continuar a vender nas lojas isso é problema deles, agora para nós é uma necessidade, é uma prioridade criar o Mercado Municipal, se calhar persiste a ideia do antigo mercado municipal, mas não é isso que se pretende, não é um mercado municipal à imagem do outro, mais pequeno, mais funcional e que vai levar uma ala de inovação, vai levar um ala onde será criada a incubadora de empresas, o próprio Mercado Municipal pretende-se que seja gerador de empresas, que seja gerador de empreendedorismo. -----

-----Relativamente ao Pavilhão Multiusos, obviamente, e tal como outras obras, estamos sempre a falar de projetos que têm que ter apoio comunitário, caso contrário seriam quase incomportáveis para os cofres do estado, mas o Pavilhão Multiusos pretendemos que se insira no atual

Parque de Exposições, gostaria de recordar que ainda este ano a Associação Comercial teve que recusar cinquenta expositores, pois bem, se é uma necessidade, se queremos que a feira dos gorazes continue a crescer, porque o anterior Executivo, e nós não criticamos por criticar, aquilo que foi bem feito a gente só tem que reconhecer, e não há dúvida nenhuma que o anterior Executivo tem ajudado na divulgação da feira dos gorazes, mas quem vem pode e deve fazer melhor, e os outros que venham depois de nós podem e devem fazer melhor. Aquilo que nós pretendemos quando falamos do Pavilhão Multiusos é dar melhores condições, em termos de aérea coberta, estamos a falar de cinco mil metros quadrados e quando se fala na renovação do atual o que nós estamos a dizer é que se pretende aumentar o pé, a altura, porquê? Porque é muito pequeno, também já aqui foi referido, não sei porquê, que aquele pavilhão foi criado para outra finalidade, que era o antigo mercado do gado, feira do gado e obviamente está desajustado à realidade que é hoje, as feiras do gado terminaram. -----

-----Relativamente à Cantina Escolar, entendemos que se calhar nalgum tempo fazia sentido onde estava, mas hoje não faz, a Cantina Escola deve-se inserir dentro da área escolar, portanto é nossa intenção passa-la para dentro da escola, os alunos não devem sair da escola para ir almoçar, obviamente que se passamos a cantina para dentro ficamos com um espaço privilegiado, central, onde as pessoas se podem deslocar a pé para uma infraestrutura que permita ou que vá ao encontro das nossas pretensões, estou a falar do Mercado Municipal, daí a localização, porque uma das mais-valias que o Mercado Municipal tem que ter é que as pessoas vão a pé, penso que era o Deputado José Maria que diria que estava perto da escola, se a entrada fosse conforme está agora eu dava-lhe inteira razão, mas aquilo que se pretende é que a entrada não seja por ali, ou seja que a entrada pedonal seja pela parte norte, pela rua Luis de Camões, mas todo o tráfego, chamado cargas e descargas é feito pela Avenida de Espanha, não há ali qualquer constrangimento entre pessoas e cargas e descargas, em relação a isso penso que é pacífico. -----

-----Também se falou na Capela Mortuária, relativamente à capela Mortuária eu gostaria de lembrar a todos os Deputados que é uma obra sem financiamento, ou seria uma obra, e vai ser também a nova financiada 100% pelos custos da Câmara, sai a 100% dos fundos da Câmara, depois de ouvir alguns Mogadourenses, e algumas partes interessadas, por exemplo o clero, obviamente que quando se fala numa capela deste género, entendemos que devemos ouvir algumas pessoas e verificou-se que aquela localização não seria a melhor e depois se juntarmos isto ao facto de ser uma obra que andaria na casa de meio milhão de euros certamente se percebe que teríamos que criar uma alternativa e então criou-se uma alternativa, essa alternativa é fazer a Casa Mortuária, a Capela Mortuária junto à capela de Nossa Senhora do Caminho onde atualmente se põe

aquele altar da novena da Senhora do Caminho. Já estive lá um arquiteto, nomeadamente o arquiteto Vitor Mogadouro e tem área mais do que suficiente para levar duas salas, podem ocorrer ao mesmo tempo dois óbitos, duas mortes em simultâneo e as mesmas podem até nem ser católicas, tudo isso está salvaguardado, se houver uma católica e outra não católica, isso está salvaguardado, não há qualquer cruzamento e o mais importante é que conseguimos realizar a obra muito, muito abaixo do meio milhão de euros que estava destinado para a obra e não estamos em tempos de obras megalómanas, esqueçam isso, estamos em tempo de fazer obra que vá ao encontro das necessidades das pessoas, mas sempre com contenção de custos, por isso é que fomos eleitos, para gerir bem os destinos e os cofres, neste caso também do Município de Mogadouro. -----  
-----Relativamente ao Centro Interpretativo dos Produtos da Terra, nós não deixámos e vou esclarecer isto de uma vez por todas, nós não deixámos cair esta candidatura, aliás, se tivéssemos deixado cair esta candidatura, eu próprio, tenho essas competências, já tinha mandado retirar a placa, mas a placa ainda lá está, e porque é que lá está? Aquilo que nós pedimos numa reunião que tivemos com a CCDRN, com o Engenheiro João Marrana e o Doutor Emídio Gomes, aquilo que nós pedimos foi uma reprogramação temporal por seis meses, agora se me perguntarem se a obra é para avançar neste local, não, não é, esta obra e já foi referido aqui, ou melhor, este local para nós tem outros fins, esperemos que sejam bem mais importantes para os nosso Municípios, é o caso das finanças, aquilo que nós pretendíamos era transportar, chamemos-lhe assim, o Centro Interpretativo dos Produtos da Terra para a ribeira do juncal, se temos ali um espaço, e volto a elogiar o anterior Executivo, também fez coisas boas, a verdade é esta, nomeadamente a ribeira do juncal que é um sítio muito bonito, não tenho dúvidas nenhuma que vai ser um grande parque da vila no futuro, nós também o queremos melhorar e nesse sentido, numa perspetiva de melhorar esse parque, o parque da vila, o parque urbano era para aí que nós pretendíamos levar o Centro Interpretativo dos Produtos da Terra, com uma diferença, a atual candidatura ainda não tinha nenhum projeto multimédia, esse era outro constrangimento temporal que nos iríamos deparar com ele, aquilo que nós pretendíamos e pretendemos, porque ainda não obtivemos uma resposta da CCDRN, portanto até lá o projeto não caiu, estamos a aguardar uma resposta da CCDRN que nos permita levá-lo para a ribeira do juncal e criar-lhe também uma mais-valia nomeadamente com a construção de um espaço de exposição permanente, um museu, se calhar um museu, porque estamos no Planalto Mirandês, um museu do pão, ou do cereal que também temos ali o moinho ao lado, podia-se criar ali uma série de sinergias e criar realmente um espaço atrativo. Em suma, não caiu nenhuma candidatura, simplesmente estamos à espera de uma resposta da CCDRN, porque pedimos um e reprogramação temporal. -----

-----A Habitação social, nós temos conhecimento de que haveria um ante projeto acerca da habitação social no bairro fundo de fomento, mas nós temos que pensar primeiro numa coisa, se temos que avançar e é nossa intenção avançar com a requalificação, pelo menos de parte, do bairro habitacional, nós temos que realojar as pessoas primeiro, porque vive lá gente, temos que as realojar, não podemos pôr o carro à frente dos bois, primeiro temos que criar uma alternativa temporal, provisória para essas pessoas e aí sim avançar com a recuperação de parte do bairro habitacional, mas como também já aqui foi dito nós estamos cá há dois meses, fez dois meses no dia dezoito, e nós sufragámos um programa eleitoral para quatro anos, eu entendo que se calhar já tinham expetativas de ver as coisas para ontem, mas têm quer ter paciência, nós não estamos cá para um ano, estamos cá para quatro anos. Como devem saber o novo quadro comunitário 2020 previsivelmente vai abrir para meados do próximo ano, lá para Junho ou Julho, a nós compete-nos ter os projetos prontos, aqueles que nós pretendemos para quando o quadro estiver aberto os poderemos submeter, até lá não temos outra alternativa que não seja aguardar”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “não havendo mais intervenções vamos colocar o ponto **2.2** a votação. -----

-----O ponto foi aprovado por maioria com zero (0) votos contra, vinte e cinco (25) abstenções e catorze (14) votos a favor, foi aprovado com a abstenção do PSD e com os votos a favor do PS. -----

-----A Mesa propõe um intervalo para almoçar e retomávamos os trabalhos às 15,00 horas. -----

## II PARTE

-----Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se à chamada, estando presentes quarenta e um elementos dos quarenta e três que constituem este órgão: -----

-----Ilídio Granjo Vaz, António de Jesus Cordeiro, José Maria Preto, João Fernando Pinto de Freitas Meira, Maria Teresa Cordeiro Afonso, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, José Francisco Bento Sanches Branco, Ilídio Simões Martins, Altino dos Anjos Aleixo, Antónia de Jesus Moura Cardoso, Fernando António Atanásio Pereira, Cândido Francisco Fernandes, Maria Teresa Afonso Pimentel Vilariça, Hernani Branco Fernandes, Daniel Fernando Ribeiro Salgado, Filipa Isabel Serafim Martins, José dos Santos Carrasco, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, Ana Paula Miguéis Gonçalves Sá, António Augusto Gonçalves, Cláudio Rafael Gouveia Pires, António Luis Bernardo Martins, João de Deus Possacos, José Francisco Marcos Carrasco, José Carlos Ferreira Lopes, António dos Santos Aleixo, Luis António Rodrigues Fernandes, José António Freitas, Martinho do Nascimento Major, José António Patrão, Carlos Alberto Sousa

Reis, António Cândido Batista Cordeiro, Francisco Manuel Fernandes, Agostinho Joaquim Fernandes, Vitor Manuel de Oliveira Coelho, António José Marcos, Américo Rodrigues, Belarmino Silvestre Pinto, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Manuel Maria Sousa, Manuel dos Anjos Garcia. -----

-----Foi justificada a falta aos Deputados Municipais, Sandra Carina Cardoso Teixeira de Sampaio Mesquita e Antero Augusto Neto Lopes. -----

► **JOÃO MEIRA** usou da palavra e disse: “se me permite gostaria de saber qual era a situação da Senhora Deputada Sandra da parte de tarde”? -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “a Senhora Deputada Sandra pura e simplesmente, veio porque veio, todavia não terá direito a senha de presença. Era isso que queria saber? Ninguém lhe tira o direito de participar democraticamente, nesta sessão, ela e todos os outros”.

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente eu espero que a interpelação do Senhor Deputado Meira não tenha sido no sentido de conferir ou não conferir senha de presença, eu acho que a preocupação dele, que agora já está sanada, era que isto corresse da melhor maneira e a Senhora Deputada estava a ocupar o lugar de Deputada, agora é que já está no público”. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “eu questionava sobre o ponto do regimento em que conste que não é permitido à Deputada Sandra Mesquita participar nos trabalhos agora da parte de tarde? Eu estive a ver o regimento e não vi qualquer ponto que torne impeditiva a sua participação e até nas votações”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “a metodologia adotada até aqui foi sempre de quem por qualquer motivo não esteve no período da manhã ou não está no período da tarde, não tem direito à senha de presença, não inibe porém que o Deputado em causa possa participar nos trabalhos, mas já agora agradeço que me faça referência a esse ponto, eu não li em lado nenhum que não pode, mas também não é a Mesa que vai resolver o problema, a Assembleia é que o vai resolver, porque a Mesa se entender que há uma omissão em termos legais, devolve o parecer à Assembleia, a Assembleia decide, se entender que sim, sim, se entender que não, não, não é um qualquer Deputado que vai dizer que pode, ou não pode”. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente da Assembleia, de facto o regimento não contempla esta situação e é de louvar a posição da Deputada Sandra Mesquita, e nós sabemos porque ela nos comunicou pessoalmente que estaria impedida de vir à sessão da Assembleia da parte da manhã uma vez que por razões de ordem pessoal e profissional não estaria presente, de qualquer das formas, sabendo que a sessão iria continuar da parte de tarde, ela mesmo veio à Assembleia e pretende participar nesta sessão e nos trabalhos da Assembleia, assim não sendo também não entendemos, porque razão foi feita a chamada, assim

sendo penso que tem todo o direito de participar nos trabalhos, nas votações, nas intervenções, independentemente desse aspeto que referiu da senha que também é interpretação duvidosa da nossa parte”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “o próximo regimento vem clarificar melhor estas situações, este é um bocado ambíguo, eu continuo a dizer e julgo que da parte da Mesa não há nenhum inconveniente em que a Senhora Deputada retome o seu lugar, todavia ela pôs-me oportunamente a questão e eu só disse assim: Senhora Deputada Sandra não tem direito à senha, isso é clarinho como a água, tanto ela como os outros. Se quiser ocupar o seu lugar da parte da Mesa não há inconveniente, todavia eu pergunto à Assembleia, há algum inconveniente que a Senhora Deputada ocupe o seu lugar, a que tem direito? Não há? Senhora Deputada tenha a bondade de se sentar no seu lugar (*ouviram-se vozes*) Senhores Deputados, com todo o respeito uma sessão pode ter até cinco reuniões. Deputada Sandra desculpe, mas vá lá para trás e acaba-se com esta confusão”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “o que aqui está em causa, se o Senhor Presidente assim o entender, é cumprir o regimento, o regimento é clarinho e diz que é faltoso quem chegar meia hora depois da hora indicada na convocatória, que foi às 9.30 do dia de hoje”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “A Senhora Deputada tem falta e está ali como público e está muito bem, espero bem que essa observação seja feita sempre que algum Senhor Deputado proceder como ela, que sirva para toda a gente, porque até aqui, digamos que não serviu. A Senhora Deputada tão digna é estar ali sentada como estar aqui à frente, muita coragem ela teve em vir aqui, porque ela podia estar tranquila em casa, teve falta, teve falta, paciência, mas veio aqui porque se quer inteirar dos assuntos e interesses do nosso concelho, foi para isso que ela foi eleita e naturalmente eu aprovo a ideia de ela ter vindo, muito obrigado por ter vindo Sandra. -----

-----Ponto **2.3 Deliberação sobre a Criação do Conselho Municipal de Educação.** -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “o que nós propomos aqui é a Criação do Conselho Municipal de Educação conforme estipula o Decreto-Lei 7/2003, de 15 de Janeiro, que tem como objeto os Conselhos Municipais de Educação, regulando as suas competências, a sua composição e o seu funcionamento. O Executivo já deliberou por unanimidade a aprovação do mesmo compete-vos agora, a aprovação ou não da criação do Conselho Municipal de Educação de Mogadouro. -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** usou da palavra e disse: “esta Lei entende-se um bocado que é uma regionalização um pouco encapuçada em que dá vários poderes ao Conselho Municipal de Educação, eu aqui só queria, e peço, ninguém tome isto como politiquice, as pessoas que se propuserem a

este Conselho Municipal de Educação que sejam pessoas informadas e que sejam pessoas capazes. *O Senhor Presidente da Assembleia interrompeu e disse, Senhora Deputada, não é isso que está em causa, o que está em causa é: a Assembleia pronuncia-se a favor ou contra, a Câmara pede-nos para criar e nós, ou criamos, ou autorizamos, ou não autorizamos, ainda é um dos poderes que a Assembleia tem, o resto vamos mais à frente.*-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “relativamente a este ponto e sanada esta dificuldade não havendo ninguém que queira intervir relativamente a este ponto que é a criação do Conselho Municipal de Educação, vou colocar o ponto à aprovação. -----

-----Este ponto foi aprovado por unanimidade. -----

-----Passamos para o ponto **2.4 Deliberação sobre a Proposta de Manutenção da Atribuição das Despesas de Representação aos Titulares de Cargos de Direção Intermédia de 2º Grau no âmbito da Lei nº 49/2012, de 29 de Agosto.** -----

-----É da Lei. Ninguém quer intervir? Vou colocá-lo à votação. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Ponto **2.5 Deliberação sobre o Fornecimento de Energia Elétrica para as Instalações Alimentadas em Média Tensão (MT), Baixa Tensão (BTE e BTN), Iluminação Pública (IP) e Instalações Sazonais (BTN-Sazonal) Pertencentes ao Município de Mogadouro.** -----

-----Se a Câmara quiser dar uma explicação sobre este ponto tem a palavra. Isto é uma exigência dos produtores de energia que é preciso alterar contratos e também é para darmos poderes à Câmara para poder contratualizar com as empresas mais vantajosas, não havendo dúvidas vou colocar à votação. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Ponto **2.6 Deliberação sobre a Manutenção de Redução da Taxa Variável de IRS de 5% para 2,5%.**-----

-----Dava a palavra à Câmara se quiser pronunciar-se sobre isso, se entende que não deve não é preciso lá ir, o Senhor Presidente é que sabe, todos leram a certidão, todos ficarão a saber que é vontade política tanto da anterior Câmara como desta em reduzir a percentagem que têm direito, de 5% para 2,5%, ou seja 2,5 % daqueles que pagam IRS no concelho de Mogadouro são poupados, em benefício de cada um que paga, esse agradecimento temos que fazer ao Município, à própria assembleia Municipal, é assim este ano pela primeira vez e foi assim também pelo menos no anterior mandato. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “acho que não estou enganado relativamente àquilo que vou dizer, a proposta do ponto 2.6 é Deliberação sobre a Manutenção, eu quero-me focar na palavra manutenção, é que quem lê a certidão que foi emitida sobre este ponto deixa um pouco transparecer a ideia que isto aparece pela primeira vez, é

novo e vamos decidir e discutir este assunto como se pela primeira vez esta questão surgisse aqui. A bancada do PSD acha muito bem e vai votar favoravelmente esta deliberação sobre a Manutenção de Redução da Taxa Variável de IRS de 5% para 2,5% uma vez que isto resulta da aplicação correta da Lei, uma vez que a situação financeira do Município assim o permite, é que esta é a primeira premissa que se coloca, é que de facto isso não seria possível se a situação financeira não fosse favorável, de qualquer das formas a proposta não é nova, a certidão que nos fizeram chegar reproduz os argumentos que o PSD utilizou em anos anteriores para a redução desta mesma taxa de 5% para 2,5%, portanto nós votaremos favoravelmente a pretensão do ponto 2.6”.

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “vou colocar o ponto à votação.

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Ponto **2.7 Deliberação sobre a Autorização Prévia para Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal no Âmbito da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro.** -----

-----Também é da Lei, foi entregue até uma relação das empresas que normalmente contratualizam com a Câmara Municipal e sendo da Lei também não há nada a dizer. Alguém quer intervir sobre este assunto? Não havendo vou coloca-lo à votação.

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Ponto **2.8 Deliberação sobre Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes. Aprovação dos estatutos e eleição de quatro membros que irão fazer parte da Assembleia Intermunicipal da referida Comunidade.**-----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “também decorre da Lei 75/2013 em que dividiu a Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes e Alto Douro e Alto Tâmega em que estávamos inseridos e dividiu-a em duas, Comunidade Terras de Trás-os-Montes e Comunidade do Alto Tâmega, neste caso o entendimento era que não tínhamos que trazer nem ao Executivo, nem à Assembleia, a aprovação, nós entendemos o contrário, entendemos trazê-lo para não só o conhecerem, mas aprovarem os estatutos que já foram aprovados em Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes e o que se pretende aqui no fundo, ela já existe, ou seja esta comunidade já estava criada, mas foi dividida por imperativo da Lei em duas, depois teremos a aprovação e a designação de quatro membros que irão fazer parte da Assembleia Intermunicipal desta Comunidade”.

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “chega então à Mesa a proposta que diz o seguinte: *Os Grupos Parlamentares do PSD e do PS, propõe os seguintes membros para representação da Assembleia Municipal de Mogadouro na Comunidade Intermunicipal das*

*Terras de Trás-os-Montes. Efetivos: pelo PSD, Ilídio Granjo Vaz e José Francisco Bento Sanches Branco e pelo PS, João Fernando Pinto de Freitas Meira e António Augusto Gonçalves. Suplentes: pelo PSD, Sandra Carina Cardoso Teixeira de Sampaio Mesquita e pelo PS, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira. Assinam os dois Presidente dos Grupos Parlamentares. Isto é uma lista consentânea, previamente acordada, é uma lista que se vossas excelências entenderem que deve ter algum tipo de intervenção estão à vontade, caso contrário ponho à votação, entretanto apraz-me dizer que uma vez que faz referência a nomes ela devia estar sujeita a votação por voto secreto, todavia como é uma lista consentânea a Assembleia pode deliberar no sentido de voto que eventualmente poderá fazer, se dispensam o voto secreto avançamos”.* -----

► **JOÃO MEIRA** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente permita-me dizer só o seguinte, se não estou em erro esta votação só pode ser feita nos eleitos diretos, neste caso os Presidentes de Junta não entram na votação”. -

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “fazendo gosto ao meu gosto de vir aqui Senhor Presidente eu queria só pôr-lhe a seguinte questão, o Senhor Presidente entende que é curial passar já à votação? Ou primeiro deliberar sobre a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes. Conhecimento dos Estatutos”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “nós o que extraímos da certidão foi que temos que ter conhecimento dos estatutos, os estatutos são da CIM, conhecidos os Estatutos deliberamos sobre a indicação dos quatro membros da Assembleia Municipal que vão integrar a Assembleia Intermunicipal. (*Ouviram-se vozes*) Vamos ler o que nos vem da Câmara, a Câmara tomou conhecimento dos supracitados Estatutos e deliberou por unanimidade, submeter o assunto à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos dispostos na alínea u) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e para designação dos quatro membros que irão fazer parte da Assembleia Intermunicipal da referida Comunidade, nós também tomamos conhecimento dos Estatutos à semelhança da Câmara Municipal. Nós mandámos os Estatutos, presumo que fossem lidos. Vamos proceder à votação dos Senhores Deputados para fazer parte da Assembleia Intermunicipal. -----

-----O ponto foi aprovado por unanimidade. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara acabou de me dizer que os membros eleitos têm uma reunião em Bragança no dia 30 às 15,00 horas, nas instalações da CIM, que diz aqui nos Estatutos onde é, depois ou a Câmara nos fornece transporte, ou vamos nos nossos carros e debitamos os km à Câmara. -----

-----Ponto **2.9 Deliberação sobre Adenda ao Contrato nº 25/2012 para concessão do uso privativo do domínio público para construção/ampliação e concessão da Exploração da rede de distribuição**

*de gás na vila de Mogadouro/autorização para Repartição de Encargos.* -  
-----Alguém quer intervir sobre este ponto? Não havendo vou colocar à  
votação. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----**2.10 Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e de pelo menos um suplente para fazer parte do Conselho Local de Educação.**-----

-----A proposta que foi apresentada à Mesa diz o seguinte: *Os Grupos Parlamentares do PSD e do PS propõe os seguintes membros, para integrarem o Conselho Local de Educação; Efetivo - Vitor Manuel de Oliveira Coelho, suplente - João de Deus Possacos.* -----

-----Não havendo intervenções sobre a proposta vou colocá-la à votação. -

-----Aprovada por unanimidade. -----

-----**Ponto 2.11 Eleição de quatro Deputados Municipais em representação da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mogadouro.** -----

-----Foi apresentada à Mesa uma proposta que diz o seguinte: *Os Grupos Parlamentares do PSD e do PS, propõe os seguintes membros para representação da Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mogadouro; efetivos – Ana Paula Miguéis Gonçalves Sá, Maria Teresa Cordeiro Afonso, Antónia de Jesus Moura Cardoso e Belmiro Joaquim Mendes Ferreira; suplentes - Maria Teresa Afonso Pimentel Vilarica e Cândido Francisco Fernandes.* -----

-----Não havendo ninguém que se queira pronunciar vou colocar a proposta à votação. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----**Ponto 2.12 Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e de pelo menos um suplente para fazer parte do Conselho Municipal de Segurança.** -----

----- A proposta diz o seguinte: *Os Grupos Parlamentares do PSD e do PS, propõe os nomes dos seguintes Presidentes de Junta para fazerem parte do Conselho Municipal de Segurança; efetivo – Rui Manuel Felgueiras Mesquita, suplente - Américo Rodrigues.* -----

-----Não havendo intervenções vou colocar à votação. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----**Ponto 2.13 Outros Assuntos.** -----

► **CÂNDIDO FERNANDES** usou da palavra e disse: “o que me traz aqui é um problema que vejo, que ao longo dos anos que têm vindo a passar, a niveladora normalmente costuma passar uma vez por as estradas municipais, por as beiras da estrada e sempre a rapar aquela terrinha que está junto ao alcatrão e outras vezes até a rapar o alcatrão e ninguém põe fim a isto, eu acho que esta questão de passar a niveladora junto das estradas municipais tem que ser com muito mais cuidado, porque se repararem e forem dar uma volta há bocados seguidos, troços com o

alcatrão arrancado, eu acho que isso danifica as beiras da estrada, isso tem que acabar, tem que alguém tomar conta disso, ver o que se passa nessas reparações e ter mais cuidado com a niveladora ao ser utilizada na beira das estradas”.

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “costumo escrutinar as atas do Executivo e por isso estou aqui a fazê-lo neste momento, recebi três atas de reuniões já com este Executivo, recebi mais uma ou duas do Executivo anterior, continuo a notar que há da parte deste Executivo a mesma falha que havia com o anterior na comunicação da agenda dos Senhores Vereadores, um bocadinho mais aperfeiçoada no caso do Senhor Presidente, mas não totalmente esclarecedora, portanto seria bom que o Senhor Presidente se esforça-se para nos transmitir com rigor os assuntos que são tratados, importa pouco o local, interessa sim a entidade e interessa o assunto tratado, caso o Senhor Presidente entenda que pode transferir essa informação oralmente para esta Assembleia, não me sentirei defraudado com essa sua atitude. Senhor Presidente da Câmara Municipal, no intervalo desta sessão tive oportunidade de falar com um colega aqui da Assembleia e ele perguntou-me se estava mais manso e se não exigia tanto, eu disse que ía procurar exigir a mesma coisa que exigi, eu sugeria como um bom plano de trabalho para este Executivo, que atende-se às sugestões aqui feitas nos últimos mandatos, desta Assembleia saíram propostas formais escritas, propostas orais e saíram diversas sugestões a que infelizmente o Executivo, ou melhor, os Executivos anteriores, fizeram orelhas perfeitamente moucas, seria bom, penso eu como base de trabalho que o Executivo se debruçasse sobre as sugestões para trás feitas, procurarei informar-me sobre a finalidade dos silos que foram adjudicados, gostaria de saber alguma coisa se o Senhor Presidente entender, do processo sobre uma adutora no penedo/castelinho que está no Tribunal Administrativo de Mirandela, aliás devo lembrar ao Executivo que é informação estrita comunicar a esta Assembleia, sem que tal tenha sido pedido toda e qualquer resolução do Tribunal Administrativo Fiscal, todo e qualquer contencioso quando tiver terminado, e isso não foi feito pelos anteriores executivos, pelo menos que eu tenha recordação, e eu aqui fiz, eu e mais outros Senhores Deputados, fizeram aqui vários pedidos nesse sentido, portanto seria bom que se cumprisse o que está estabelecido na Lei, seria bom que a Câmara obedecesse ao que está consignado na lei sobre as competências da autarquias e sobre, embora saibamos que são órgãos independentes, a Assembleia Municipal e a Câmara é facto que a Assembleia Municipal é o órgão fiscalizador, está acima da Câmara. Também foi sugestão aqui feita várias vezes que para evitar queixas de discriminação de tratamentos para com os Senhores Presidentes de Junta, para com diversas Juntas de Freguesia que se estabelecesse um critério definido em função do número de habitantes, da área, tudo isso ponderado

e conjugado, qualquer critério que servisse para se evitar que os Senhores Presidentes de Junta, é facto, contrariamente àquilo que aqui foi dito hoje muitos Senhores Presidentes da Junta aqui se queixaram ao Executivo de terem sido vítimas de tratamento discriminatório. -----

-----Senhor Presidente da Assembleia não quero alongar-me, só mais duas ou três coisas, foi invocada uma intervenção minha na última Assembleia Municipal do mandato, foi evocada a minha posição, como tendo dito que a Câmara Municipal, o gabinete do Senhor Presidente tinha demasiados trabalhadores e é facto que eu fiz essa critica, os Senhores Vereadores da oposição segundo a declaração que aqui consta da ata, disseram que, *em reunião da Assembleia Municipal de Mogadouro, o Deputado Municipal Ilídio Martins referiu-se ao despesismo da Câmara Municipal e ao grande número de trabalhadores do Gabinete do Presidente da Vereação*, não foi nada disso que eu disse, eu não me referi a trabalhadores, referi-me só a Chefe de Gabinete e disse que não se percebia porque é que a Câmara tinha tantos Vereadores a tempo inteiro e tantos trabalhadores no gabinete, disse e mantenho, só que a declaração do grupo de Senhores Vereadores do PSD disse uma meia verdade é que achou que tinha ali uma boa moleta na minha posição, agradeço o favor de me considerarem importante, mas esqueceu-se de dizer que na mesma Assembleia Municipal o Senhor Presidente da Câmara, em nome da Câmara disse que não julgasse eu que isto era uma qualquer Junta de Freguesia de terceira classe, que precisava daquele staff todo, daqueles Vereadores todos para levar a cabo as missões..., de maneira que não vale a pena Senhores Vereadores invocar o meu nome dizendo meia verdade, porque meia verdade é uma mentira muito grande, agradecia essa correção, é evidente que também não seria mais de esperar dada a desconsideração que manifestaram para com o eleitorado de Mogadouro quando logo no começo tiveram esta afirmação que eu passo a ler *no dia 29 de setembro os Portugueses foram chamados a pronunciarem-se sobre quem queriam para gerir o futuro do seu destino, nesta medida embora de um modo não muito claro os Mogadorenses entenderam que a equipa apresentada pelo PS era aquela que melhor responderia aos desafios*, não sei o que é modo não muito claro, vencer é vencer, seja por 100, seja por 10, seja por 1e mais do que isso é respeitar a vontade do eleitorado, gostaria que da parte dos Senhores Vereadores houvesse a humildade de reconhecer a vontade do povo do concelho”. -----

► **BELARMINO PINTO** usou da palavra e disse: “vou colocar uma questão à Senhora Vereadora da Cultura, tenho conhecimento que fez visita às ruínas da capela de São Fagundo há pouco tempo, tenho pena de não ter sido contactado para colaborar nesse sentido, e queria uma vez que a visita foi feita pela Senhora Vereadora, queria se possível que me dissesse que tipo de intervenção poderia ser feita, e queria lembrá-la, não sei se está lembrada que na presença do Senhor Arqueólogo Emanuel e na minha

presença em finais de outubro, ficou decidido os Senhores irem fazer uma limpeza na zona da capela, na zona envolvente e queria perguntar também quando é que essa intervenção seria feita, apesar de não termos sido convidados eu queria dizer que a Junta de Freguesia se encontra disponível para nesse sentido colaborar, dentro das suas competências com qualquer intervenção que seja possível”. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “dois assuntos muito rápidos, o primeiro dirigido ao Senhor Presidente da Câmara para lhe lembrar que registamos de facto a sua postura aqui relativamente a um conjunto de assuntos que foram tratados na ordem de trabalhos, relativamente aos quais foi previamente feito um trabalho de concertação entre as bancadas, que resultou no entendimento perfeito e traduzido nas deliberações tomadas, de qualquer das formas houve aqui assuntos sobre os quais o Senhor Presidente da Câmara numa atitude de algum desprezo não entendeu que seria importante prestar os devidos esclarecimentos a esta Assembleia, não me parece uma atitude muito correta, todos os assuntos deverão merecer sempre da sua parte uma consideração e um tratamento e uma informação para estes membros ficarem mais dentro de cada um dos assuntos. -----

-----O outro assunto que eu trago aqui é dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia e vem no seguimento do problema criado com a Deputada Sandra Mesquita, é que estamos à vontade para questionar sobre a decisão que vai ser tomada relativamente ao Deputado Belmiro Ferreira, que esteve de manhã nesta Assembleia e que da parte de tarde acabou de chegar à coisa de dois minutos, a questão que eu coloco é se de facto o Senhor Deputado vai receber, ou não, a senha”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “relativamente à questão que me foi colocada o próprio terá que decidir porque eu nem me apercebi que ele entrou agora, esteve toda a manhã, é uma situação um bocadinho diferente, deve ter uma justificação muito óbvia, foi-me dito agora aqui ao lado que tem uma justificação muito óbvia, e eu aceito-a e peço ao Senhor Presidente do Grupo Parlamentar..., até nem vale a pena falar, tem uma justificação muito óbvia, eu aceito que ele tivesse vindo um bocadinho atrasado, tem uma justificação muito óbvia do seio familiar”. -----

► **ANTÓNIO GONÇALVES** usou da palavra e disse: “ vou fazer uma intervenção muito curta dirigida a um Presidente de uma Junta de Freguesia, essencialmente a ele, é só para lhe dizer que fico contente, muito contente que embora só a meia haste continue a levantar a bandeira de São Fagundo”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “ pensei que com o decorrer dos trabalhos fosse sair daqui fumo branco, mas afinal tenho que continuar a lamentar que vamos sair daqui desta reunião de aprovação do

Plano sem sabermos, nós Presidentes de Junta, quanto é que vamos receber e como vamos receber, terem escrito no Plano trezentos e cinquenta ou quinhentos, de facto neste momento já me parece que é irrelevante, porque continuamos sem saber qual é o critério de distribuição e com que base é que vão ser distribuídos esses quinhentos mil euros, serão os quinhentos mil euros a dividir por vinte e um? Não sabemos. Gostávamos de ter tido, se calhar eu e todos os Presidentes de Junta, gostavam de ter sabido aqui com que poderemos contar para podermos começar a estabelecer métodos de trabalho e a fazer programas para o ano que aí vem. -----

-----Novamente a questão da giratória, o Senhor Presidente disse-me que às vezes as coisas não são como parecem, efetivamente de facto é isso que se passa, porque depois na sua explicação eu acabei por deduzir que a bulldozer faz falta para a Junta de Mogadouro para fazer a limpeza da floresta, para talvez no ano que aí vem quando a bulldozer já tiver sido comprada pela Câmara a Junta de Mogadouro já não terá que pagar os vinte e seis mil euros pela limpeza, eu não tenho nada conta a Junta de Mogadouro, acho que deve ser apoiada como as outras mas acho que isso não pode prejudicar as outras Juntas de Freguesia, se para as outras é mais útil outro tipo de máquina. Senhor Presidente nós não temos nada contra que compre a máquina e que a ofereça à Junta de Mogadouro, que lhe faça transferências de capital, que lhe faça um protocolo, alguma forma de lhe comprar a máquina, eu pessoalmente não vejo nada contra isso, agora não se pode estar a prejudicar as outras vinte Juntas de Freguesia só porque uma entende que aquela máquina é mais vantajosa, ou vai tirar mais partido desse tipo de máquina. -----

-----Uma palavra também para o Senhor Deputado Altino, devido à inspiração dele, eu espero que se fique só mesmo pela inspiração, de qualquer forma com tanta inspiração acabou por dizer aqui uma não verdade, é que o PSD não perdeu as eleições, o PSD ganhou as eleições claramente, repare o PSD perdeu a eleição para a Câmara por onze votos, ganhou a eleição para a Assembleia Municipal por oitenta ou noventa votos, de vinte e uma Juntas de Freguesia, ganhou dezassete, e no total teve uma larga maioria de votos no PSD, portanto quem ganhou as eleições do passado vinte e nove de setembro foi claramente o PSD”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “Deputado Cândido Fernandes aceito a sua recomendação, podemos ter em conta essa questão da niveladora, sei que não acontece só nas bermas mas também nos próprios caminhos rurais, todas as vezes que vai passando vai retirando exatamente aquilo que lá tem de bom e iremos ter em-----

-----Deputado Ilídio Martins obrigado pelas suas recomendações. Quanto às sugestões que aqui foram feitas nos últimos mandatos, se o anterior Executivo não atendeu, vamos ter em conta exatamente que me façam chegar isso no sentido de haver um esforço no cumprimento dessas

intensões e sugestões que aqui foram feitas, espero também fazer um esforço na informação das atas conforme se pronunciou. Relativamente à adutora do Penedo/castelinho continua ainda sem resolução, o Advogado avançado pelo Município contestou a providência cautelar, mas até ao momento não há ainda nada decidido pelo Tribunal Administrativo Fiscal de Mirandela. Os silos já tinham sido objeto, como sabe do anterior Executivo já havia adjudicação de quinze anos, salvo erro, unicamente aprovamos o contrato que era obrigatório. -----

-----Professor José Maria, tentei não me esquecer de assuntos, mas se o fiz não foi por mal, nem é minha intenção esquecer-me só que são muitas coisas ao mesmo tempo e possivelmente isso possa ter passado, se o fiz o meu perdão e as minhas desculpas. -----

-----Presidente da Junta António Martins, eu não vou bater mais no ceguinho, de facto naquele dia que me fez a pergunta aqui, que foi na Assembleia Extraordinária, se nós já tínhamos decidido o que íamos fazer em relação às Juntas de Freguesia, o bolo em si, eu disse-lhe que não tinha, porque não tinha ainda o valor que iríamos pôr, resolvemos pôr quinhentos mil euros, isto a dividir por vinte e um, daria vinte e oito mil euros a cada uma, era tão simples quanto isto, para mim é muito mais simples fazer assim, mas para uma Junta como a sua, não menosprezando outras Juntas que são mais pequeninas e depois diga-me se eu tenho, ou não tenho razão, não será melhor fazermos pelo FEF? Tão simples quanto isto, protocolamos e dou-vos a garantia aqui, sem problema nenhum que vos sai atribuída conforme o FEF, mas tinha dúvidas que seria de outra forma? (*ouviram-se vozes*). -----

-----Interpretou mal a giratória mais uma vez, custa-me que isso venha para aqui da forma como o disse, eu não vou adquirir uma bulldozer para Mogadouro, é para o concelho e se não ouviu, repito, a Proteção Civil precisa de uma bulldozer no concelho de Mogadouro”. -----

► **VIRGÍNIA VIEIRA** usou da palavra e disse: “quanto à pergunta do Senhor Presidente da Junta de Urrós eu quero dizer que sou nova nisto, tive que ter conhecimento no terreno do que existe, na parte que eu estou a desempenhar, não o contatei porque só foi uma mera visita para ver o local, para ter conhecimento, logo que tenha tudo tratado o Senhor será avisado”.

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** passou ao último ponto da Ordem de Trabalhos: -----

-----3. *Período de intervenção do público.* -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, após verificar não haver público presente na sala, deu por encerrado este ponto dando de seguida a palavra ao Segundo Secretário da Mesa para que procedesse à leitura da Ata em minuta. -----

-----Finda a leitura da Ata o Presidente da Assembleia põe à votação a ata em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei 75/2013, de 12 de

setembro, a fim de que tudo o que foi tratado nesta Sessão se torne executório imediatamente, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----Às dezasseis e quarenta e cinco minutos o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Maria Isabel Sarmiento Martins Preto, funcionária de apoio administrativo à Assembleia Municipal redigi e subscrevi. -----

A funcionária de apoio

\_\_\_\_\_  
(*Maria Isabel S. M. Preto*)

O Presidente da Assembleia Municipal

\_\_\_\_\_  
(*Ilídio Granjo Vaz*)

<sup>1)</sup> Esta acta é constituída por 26.722 palavras, distribuídas por 56 páginas e 2397 linhas \*